

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**(Mandato 2009-2013)**-----

-----**ACTA NÚMERO CINQUENTA E QUATRO**-----

-----**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA “DEBATE SOBRE O ESTADO DA CIDADE” DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA INICIADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DE DOIS MIL E ONZE**-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Outubro de dois mil e onze, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea f) do nº1 do artigo 20º do seu regimento reuniu na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, a Assembleia Municipal de Lisboa, sob a presidência da sua Presidente efectiva, Excelentíssima Senhora Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor Nelson Pinto Antunes e pela Excelentíssima Senhora Dr.^a Ana Páscoa, respectivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária.--

-----Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Alberto Francisco Bento, Aline Gallash Hall, Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Bela Burt Magro Pires Marques, Ana Maria Bravo Martins de Campos, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Pedroso Lopes Antunes, André Nunes de Almeida Couto, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Manuel, António Manuel Dias Baptista, António Manuel de Freitas Arruda, António Manuel Pimenta Proa, António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres, António Modesto Fernandes Navarro, António Paulo Duarte de Almeida, António Paulo Quadrado Afonso, Armando Dias Estácio, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Diogo Vasco Gonçalves Nunes de Bastos, Fernando Manuel Moreno D’ Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando Pereira Duarte, Filipe António Osório de Almeida Pontes, Filipe Mário Lopes, Francisco Carlos de Jesus Vasconcelos Maia, Francisco David Carvalho da Silva Dias, Gonçalo Matos Correia Castro de Almeida Velho, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Idália Maria Jorge Poucochinho Morgado Aparício, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Inês Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho de Albuquerque D’Orey, Ismael do Nascimento Fonseca, Joana Rodrigues Mortágua, João Cardoso Pereira Serra, João Diogo Santos Moura, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, João Nuno de Vaissier Neves Ferro, João Paulo Mota da Costa Lopes, Joaquim Emanuel da Silva Guerra de Sousa, Joaquim Lopes Ramos, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Baker, Jorge Manuel da Rocha Ferreira, Jorge Telmo Cabral Saraiva Chaves de Matos, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa, José Joaquim Vieira Pires, José Manuel Rosa do Egipto, José Maria Bento de Sousa, José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão, José Roque Alexandre, Luís Filipe da Silva Monteiro, Luís Filipe Graça Gonçalves, Manuel Luís de Sousa Silva Medeiros, Maria Albertina de Carvalho Simões Ferreira, Maria Alexandra Dias

Figueira, Maria Cândida Rio de Freitas Cavaleiro Madeira, Maria Clara Curruto Gargalo Ferreira da Silva, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, Maria Idalina de Sousa Flora, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Isabel Homem Leal de Faria, Maria João Bernardino Correia, Maria José Pinheiro Cruz Maria Teresa Cruz de Almeida, Maria Virgínia Martins Laranjeiro Estorninho, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Nuno Roque, Paula Cristina Coelho Marques Barbosa Correia, Paulo Alexandre da Silva Quaresma, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Pedro Miguel Ribeiro Duarte dos Reis, Rita da Conceição Carraça Magrinho, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rogério da Silva e Sousa, Rosa Maria Carvalho da Silva, Rui Jorge Gama Cordeiro, Rui Manuel Pessanha da Silva, Salvador Posser de Andrade, Valdemar António Fernandes de Abreu Salgado, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Vítor Manuel Alves Agostinho, João Francisco Borges da Costa, Sara Sousa Santos, Rui Manuel Santos Matos Alves, Pedro Manuel Tenreiro Biscaia Pereira, António Maria Henrique, Maria Margarida Matos Mota, Paulo Miguel Correia Ferrero Marques dos Santos, João Capelo, Ricardo Amaral Robles, Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Gonçalo Maria Pacheco da Câmara Pereira e João Augusto Martins Taveira.-----

----- Pediram suspensão do mandato, que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal nos termos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Mariana Teixeira (Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sara Sousa Santos;-----

----- Maria do Céu Guerra Oliveira e Silva (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Paulo Miguel Correia Ferrero Marques Santos; -----

----- Maria Luísa Rodrigues das Neves Vicente Mendes (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Margarida Mota;-----

----- Rita Susana da Silva Guimarães Neves e Sá (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado António Henrique;-----

----- Patrocínia da Conceição Alves Rodrigues do Vale César (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Pedro Biscaia;-----

----- Miguel Coelho (Partido Socialista), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Rui Paulo Figueiredo; -----

----- Carlos Carvalho (Partido Comunista Português), por um dia, não tendo sido substituído;-----

----- Deolinda Machado (Partido Comunista Português), por um dia, não tendo sido substituída;-----

----- António Modesto Navarro (Partido Comunista Português), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Ana Páscoa; -----

----- Jorge Nascimento Fernandes (Bloco Esquerda), por 30 dias, não tendo sido substituído;-----

----- Lídia Fernandes (Bloco de Esquerda), por 60 dias, não tendo sido substituída; ---
----- João Álvaro Baú (Bloco de Esquerda), pelo período compreendido entre 20/10 e 9/11 de 2011, tendo sido substituído pelo Deputado Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis; -----
----- José Luís Ferreira (Partido Ecologista “Os Verdes”), pelo período de 03/10 a 30/11 de 2011 tendo sido substituído pela Deputada Cláudia Madeira; -----
----- Sobreda Antunes, João Gordo Martins e Cristina Serra (Partido Ecologista “Os Verdes”), não puderam assegurar a substituição de José Luís Teixeira Ferreira no período de 03/10 a 30/12 de 2011; -----
----- Gonçalo da Câmara Pereira (Partido Popular Monárquico), por um dia, não tendo sido substituído; -----
----- Foi justificada a falta e admitida a substituição dos seguintes Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia: -----
----- João Mário Amaral Mourato Grave (Partido Social Democrata), Presidente da Junta de Freguesia dos Anjos, por João Francisco Borges da Costa; -----
----- Ermelinda Brito (Partido Socialista), Presidente da Junta de Freguesia de São Cristóvão e São Lourenço por Rui Manuel Santos Matos Alves; -----
----- Carlos Filipe Marques Lima (Partido Comunista Português), Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, por João Francisco Marques Capelo; -----
----- A Câmara esteve representada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores Manuel Brito, Maria João Mendes, Catarina Vaz Pinto, Manuel Salgado, Graça Fonseca, Helena Roseta e José Sá Fernandes.-----
----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição Miguel Graça, Vítor Gonçalves, António Monteiro e Carlos Moura.-----
----- Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, a **Senhora Presidente** declarou aberta a reunião. -----
----- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa** cumprimentou os presentes e começou por fazer um ponto de situação relativamente à execução do programa de governo para a Cidade, do seu executivo, perspectivando a sua execução nos dois anos seguintes. -----
----- Intuiu que iriam continuar a viver momentos de aperto financeiro, momentos que iriam obrigar à recalendarização de investimentos e a cortar no supérfluo, mas que apesar das grandes dificuldades, existiam três grandes marcos a destacar naqueles dois anos de mandato. -----
----- Referiu, em primeiro lugar, a descentralização. Dizendo que da parte dos órgãos municipais, tinham concluído naquela primeira metade do mandato, a mais importante reforma administrativa da Cidade das últimas décadas. -----
----- Salientou que tinha sido uma reforma estudada, pensada e participada; uma reforma que iria permitir uma gestão mais racional e mais eficaz da cidade de Lisboa, com as suas Freguesias reforçadas em competências meios e dimensão. Desejando em seguida que a Assembleia da República pudesse discutir e aprovar o mais rapidamente possível aquela grande reforma para o concelho de Lisboa. -----

----- Frisou que não poderiam ignorar que naquele processo de descentralização ficava a faltar um segundo movimento, relacionado com a descentralização de competências da Administração Central para o Município, em matérias tão essenciais para o governo da cidade como o eram a gestão da rede de transportes públicos e o policiamento de trânsito. -----

----- Manifestou naquele sentido o interesse que tinham em ensaiar, em três Freguesias, desejavelmente presididas por forças políticas distintas, a descentralização das competências relativas à lavagem e varredura.-----

----- Apontou como segundo marco a reorganização dos serviços. Disse que aquele executivo se encontrava a concluir uma profunda reorganização dos serviços da Câmara de Lisboa. Destacou que tinham sabido reforçar áreas estratégicas e vitais para Lisboa e que aquela reorganização se tinha traduzido numa diminuição de dezasseis por cento dos cargos de chefia, significando também uma poupança importante, cerca de meio milhão de euros por ano, nas despesas de funcionamento da autarquia.-----

----- Repetiu que o mais importante tinha sido dotar o Município de melhores e mais eficazes instrumentos de gestão e de intervenção no território.-----

----- Sublinhou a importância da criação das cinco unidades de intervenção territorial, visando um urbanismo de proximidade e uma gestão mais eficaz e integrada dos equipamentos e do espaço público, além de ter permitido uma maior interacção entre as comunidades locais e a Câmara, reforçando a participação cidadã. -

----- Indicou como terceiro marco o Plano Director Municipal. -----

----- Salientou, que tal como haviam prometido, tinham finalizado a elaboração do novo Plano Director Municipal, um instrumento vital para o governo da cidade e que carecia de actualização há muitos anos. -----

----- Referiu que se pudesse resumir os objectivos daquele Plano Director Municipal em duas linhas, diria primeiro que pretendiam atrair mais famílias para viver em Lisboa, e em segundo a criação de mais emprego na cidade. -----

----- Definiu para aqueles objectivos cinco políticas fundamentais, nomeadamente, a prioridade à reabilitação e ao arrendamento acessível; criação de novas polaridades empresariais; melhor espaço público e mais áreas pedonais; melhores transportes públicos e maior eficiência energética. -----

----- Considerou que a melhor forma de se alcançar os dois objectivos supracitados seria aumentando a atractividade da cidade, aumentando em simultâneo as oportunidades para escolher Lisboa. -----

----- Declarou que ninguém podia negar a importância, e o carácter absolutamente estrutural, que existia na criação de um novo Plano Director Municipal. Considerou, por isso, ser muito importante que o novo Plano fosse um instrumento da cidade e não de uma maioria. Disse ainda que gostaria que fosse possível, naquela Assembleia, renovar e alargar a ampla base de apoio com que o mesmo tinha sido aprovado na Câmara Municipal de Lisboa.-----

----- Aludiu que apesar da grave crise económica e financeira em que Portugal tinha mergulhado e à qual a Câmara não era indiferente, os indicadores económicos da

autarquia apresentavam, na sequência da gestão rigorosa que tinham vindo a assumir desde dois mil e sete, uma evolução positiva. -----

----- Especificou que a dívida de curto prazo a fornecedores da Câmara, era, naquela altura, substancialmente inferior e que tinham diminuído de forma drástica os prazos de pagamento. Referiu ainda que o passivo tinha diminuído cem milhões de euros naqueles últimos dois anos, que as empresas do sector empresarial local se encontravam todas equilibradas e que tinham reduzido consistentemente as despesas de funcionamento, desde o número de trabalhadores do Município até à forte redução da frota automóvel.-----

----- Disse que sabia, pelo contexto nacional e internacional, que aquele esforço de rigor era um esforço que tinha de ser continuado e alvo de uma atenção constante. Acrescentou que a tremenda quebra das receitas verificadas naquele ano tinham agravado aquele cenário de contenção, e que as políticas recessivas anunciadas para os próximos anos não permitiam visualizar a inversão daquele cenário. Afirmou ser necessária uma estratégia clara que permitisse enfrentar aquela recessão. -----

----- Começou por dizer que era, em primeiro lugar, necessário concentrar esforços e recursos. Optimizando a utilização do QREN, do PIPARU, das contrapartidas do Casino, mas limitando o investimento aos projectos que tivessem fontes de financiamento asseguradas ou que resultassem dos processos “Orçamento Participativo” ou BIP/ZIP. -----

----- Prosseguiu dizendo que em segundo lugar estava uma gestão rigorosa e que naquele sentido iriam insistir no esforço de reestruturação das empresas municipais e que iriam fundir a EPUL, a GEBALIS e a SRU Ocidental. Que se iriam manter na linha, difícil mas essencial, de antecipação da amortização da dívida, que lhe iria permitir, a prazo, a libertação, com vista ao investimento, de verbas que até àquela altura se encontravam cativas ao serviço da dívida.-----

----- Continuou referindo ser, em terceiro lugar, necessário procurarem mobilizar e dinamizar o investimento privado na cidade, com uma política de incentivos, de abertura de oportunidades de utilização de equipamentos municipais e espaço público e a definição de regras claras, resultantes de um esforço ímpar de planeamento e de construção de um quadro regulamentar sólido, como o conjunto de diplomas na área da habitação que se encontravam pendentes naquela Assembleia para apreciação. -----

----- Recapitulou que dois anos antes se tinha apresentado às eleições, à frente de uma lista do Partido Socialista e no âmbito de um acordo coligatório com o “Movimento Cidadãos por Lisboa” a associação “Lisboa é muita gente”, e com um programa que assentava em cinco eixos, nomeadamente, “A Cidade das Oportunidades”, “Uma Cidade Amigável”, “Uma Cidade Sustentável”, “Uma Cidade Competitiva, Inovadora e Criativa” e “Uma Cidade Próxima e participada”.-----

----- Seguidamente explicou o que tinha sido feito, até então, em cada uma daquelas áreas.-----

----- Começou por se referir à acção de requalificação das escolas básicas, afirmando que Lisboa tinha desinvestido no seu parque escolar e que aquele tinha atingido um estado de degradação impróprio de uma cidade capital. -----

----- Informou que apesar dos atrasos verificados na aprovação do PIPARU e da quebra das receitas, que tinham obrigado a uma reprogramação das intervenções previstas no programa “Escola Nova”, podiam naquele dia dizer que se encontravam concluídas intervenções em trinta e nove escolas, sendo que nove tinham sido construídas de raiz.-----

----- Especificou que se tratava de um investimento assinalável e assegurou, apesar da grave crise financeira daquela altura, que iriam prosseguir com o programa “Escola Nova”. Considerou que investir na escola seria investir no futuro, investir na igualdade de oportunidades e previu que iriam concluir, até ao final do seu mandato, todas as intervenções previstas naquele programa.-----

----- Elucidou que tinham vindo a introduzir, de forma gradual, o transporte escolar, com o projecto “Os Alfacinhas” prevendo que seria um projecto que iria continuar a crescer ao serviço dos alunos e das famílias de Lisboa.-----

----- Distinguiu ainda um outro programa, que abrangia na altura cerca de onze mil alunos do ensino básico, que consistia na introdução de actividades extra curriculares, como a natação, o judo, o ensino e a divulgação da música.-----

----- Referiu a existência de uma outra área que tinha sido detentora de especial atenção, a necessidade das famílias lisboetas poderem dispor de lugar nas creches para os seus filhos, reflectindo que tal acto poderia representar uma aposta decisiva para atrair jovens casais para Lisboa.-----

----- Enunciou terem aberto, no seu mandato, nove novas creches, perfazendo um total de quatrocentos lugares e estando previsto um importante reforço de vinte equipamentos com oitocentos e quarenta novos lugares, através do programa “Creches Modulares”, cujo concurso se encontrava naquela altura em fase de adjudicação e implicando um investimento municipal de cerca de seis milhões de euros, encontrando-se assim alcançada a meta de cinquenta por cento da meta que se tinham proposto alcançar.-----

----- Meditou sobre o tema da habitação, que considerou ser a questão chave para uma cidade com mais oportunidades, e destacou algumas das suas vertentes, nomeadamente, a da emergência, por ter existido necessidade de se realojarem setenta famílias no Bairro da Liberdade; a necessidade social, pois carecia de uma resposta continuada às famílias mais carenciadas; a vertente da regeneração urbana que tinha exigido, até àquele momento, o realojamento de trinta e duas famílias do Parque dos Artistas de Circo em Carnide para a construção de um centro de saúde ou, na sequência da demolição do apelidado “Corredor da Morte” no Bairro de Marvila, o realojamento de cinquenta e duas famílias; a vertente da requalificação dos bairros municipais que, naquela altura, contava com a reabilitação, feita pela GEBALIS, de quinhentas casas devolutas; a vertente da prioridade à reabilitação urbana, que contava àquela data com cento e trinta e oito licenças emitidas para reconstruções ou novas construções e mil seiscentas e setenta e oito para obras de reabilitação, e a vertente do estímulo ao mercado de arrendamento, encontrando-se, naquela altura, cinco mil processos concluídos na Comissão Arbitral Municipal.-----

----- Revelou estar atento à pluralidade das necessidades habitacionais e informou que, uma vez que se encontrava concluído e aprovado o Plano de Gestão Estratégica do Património Municipal, iriam lançar dois novos programas, assinaladamente, um primeiro baseado na renda convencionada e dirigido ao arrendamento jovem, e o segundo, baseado na alienação de imóveis municipais para reabilitação com o nome de “Reabilite Primeiro, Pague Depois”. -----

----- Disse que pretendiam uma cidade mais amigável, onde as pessoas se sentissem bem e disfrutassem de tudo aquilo que Lisboa tinha para lhes oferecer. Referiu, a título de exemplo, que Lisboa tinha recuperado o Terreiro do Paço e classificou-o como uma das mais belas praças de todo o mundo, reabilitada e revitalizada. -----

----- Informou estarem a reconquistar a Tapada das Necessidades e a Cerca do Convento da Graça, e que os trinta e oito quiosques que surgiram na cidade haviam permitido uma revitalização das zonas onde se encontravam implantados. Aludiu ao esforço que vinha a ser efectuado ao nível da reabilitação dos jardins da Cidade, nomeadamente, no Jardim do Torel, Botto Machado, Cesário Verde, Constantino, Mahatma Gandhi e Francesinhas. -----

----- Clarificou que o esforço de requalificação pretendia abranger toda a cidade, dos bairros municipais aos bairros históricos. -----

----- Salientou que iriam, conforme o previsto no Plano Gerontológico, atribuir especial atenção ao Projecto de percursos acessíveis e seguros, um projecto que considerou da maior importância para os idosos e para as pessoas com redução de mobilidade. -----

----- Relativamente ao terceiro eixo do programa, Uma Cidade Sustentável, salientou duas medidas que considerava essenciais, nomeadamente, a despoluição do Rio Tejo e o reaproveitamento das águas residuais tratadas, e a do novo sistema de tarifário do estacionamento, mencionando que no dia quinze daquele mês tinha entrado em vigor a iniciativa *Park & Ride*, iniciativa que permitia a quem se deslocasse em Lisboa estacionar o seu carro num parque de estacionamento e movimentar-se dentro da cidade nos transportes públicos, tendo de adquirir, para o efeito, um passe específico, criado para aquela situação, no valor de quarenta e nove euros. Inteirou que naquele momento existiam cinco mil lugares de estacionamento em vários parques afectos àquele sistema. -----

----- Avançou para o eixo seguinte, Cidade Competitiva, Inovadora e Criativa, e mencionou a rede de estruturas de apoio ao empreendedorismo, o Programa denominado “Lisboa, Cidade Erasmus”, o Plano de Pormenor do Campus de Campolide, do Parque Mayer ou da Palma de Baixo, a reabilitação do Caleidoscópio e a residência universitária da Universidade Técnica. -----

----- Considerou terem sido dados passos significativos, no quinto eixo, uma Cidade Próxima e Participada. Informou que as reuniões descentralizadas se haviam mantido e que representavam um contributo essencial pois aproximavam a população de Lisboa da sua Câmara. Referiu a crescente participação cidadã na apresentação, discussão e votação do Orçamento Participativo. -----

----- Procurou não maçar os presentes naquele debate com uma listagem exaustiva do que havia sido realizado pela Câmara, tendo sido previamente distribuído um documento que listava e analisava a execução, uma a uma, das medidas que se encontravam previstas no programa daquele executivo.-----

----- Revelou ter consciência de que se encontravam a meio do percurso e que ainda muito havia a fazer noutras áreas, como a da limpeza urbana, cujos resultados se encontravam aquém das expectativas.-----

----- Congratulou-se pela existência de indicadores que apontavam para um crescimento, ainda que ligeiro, do número de famílias a residirem em Lisboa; para um sustentado e contínuo crescimento do número de turistas e de dormidas na cidade; para os mais diversos prémios e referências elogiosas da imprensa estrangeira à cidade de Lisboa.-----

----- Clarificou que, independentemente da existência de indicadores positivos, não podiam abrandar o ritmo de trabalho, pois viviam-se, naquela altura, tempos difíceis, e as medidas anunciadas pelo Governo para os dois anos seguintes iriam atingir, particularmente, os trabalhadores da Administração Pública, perspectivando-se que tais medidas se reflectissem, de forma acrescida, na cidade de Lisboa, cidade com o maior número de concentração de funcionários públicos.-----

----- Terminou reafirmando o compromisso que havia assumido, o de servir os lisboetas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa (Partido Social Democrata)** cumprimentou os presentes e lembrou que aquela seria a quarta vez que debatiam o estado da Cidade no mandato do Senhor Presidente António Costa.-----

----- Atribuiu ao Partido Socialista, na pessoa do Senhor Engenheiro José Sócrates, as culpas da grave crise financeira que o País, naquela altura, atravessava.-----

----- Recordou que a proposta de orçamento de dois mil e onze tinha sido apresentada no início daquele ano e que na altura haviam alertado para o irrealismo do mesmo pois não contemplava, entres outros pontos, a quebra da receita.-----

----- Lembrou que o Partido Social Democrata, no início daquele ano e no âmbito da discussão do orçamento da Câmara Municipal, alertara para a necessidade de rever em baixa as expectativas de receita da actividade económica e de se adoptarem medidas de contenção da despesa e também medidas de prevenção da degradação das condições sociais dos lisboetas.-----

----- Considerou que pelo facto de aquele ano estar a ser um ano particularmente difícil para o País, o Partido Social Democrata havia procurado, naquela Assembleia, encontrar uma plataforma de entendimento mínimo que viabilizasse o orçamento salvando Lisboa de uma imagem de fragilidade institucional.-----

----- Referiu que, tendo decorrido mais de um ano de vigência sobre o orçamento de dois mil e onze, seria oportuno fazer um balanço referente à sua concretização.-----

----- Sublinhou que, em relação à receita, se confirmava o empolamento denunciado pelo Partido Social Democrata, aquando a apresentação do orçamento e que, relativamente à alienação de património, a criação do Fundo Imobiliário não se concretizara.-----

----- Revelou-se preocupado com o cenário das empresas municipais, pois o endividamento bancário tinha aumentado e, por algumas empresas se encontrarem perante uma situação financeira irregular face às obrigações decorrentes do regime jurídico do sector empresarial local. -----

----- Confessou que, perante aquele cenário, se esperava a apresentação, e colocação em prática, de um rigoroso programa de contenção e redução da despesa, por forma a compensar aquela, que classificou de previsível, redução da receita. -----

----- Acusou o Senhor Presidente da Câmara de não querer ver o óbvio, ignorando as dificuldades e fazendo de conta que tudo estava bem. -----

----- Regressou à questão do fundo imobiliário. Disse que o mesmo se encontrava, naquela altura, por constituir e que o encaixe de receita de duzentos e noventa e dois milhões de euros inicialmente previstos, não se tinha concretizado. -----

----- Estranhou a operação de ajuste directo levada a cabo pelo Senhor Presidente ao fim de quase um ano. Considerou ser grave o facto de o Senhor Presidente não ter, previamente, ouvido a Câmara Municipal relativamente à Gestão do Fundo Imobiliário, tendo prejudicado, inclusive, a credibilidade da operação. -----

----- Historiou que o orçamento que havia viabilizado a constituição de um fundo imobiliário, com vista à valorização do património imobiliário do município, destinado à amortização da dívida bancária acumulada, tinha sido aprovado em Janeiro de dois mil e onze; que em Março a Câmara aprovara o lançamento de um concurso público internacional para a selecção da entidade gestora do referido fundo; que em Abril tinha sido publicado um anúncio referente ao concurso e fixada a data limite de entrega de propostas; que em Junho a Autarquia tinha decidido prorrogar o prazo até ao dia quinze de Julho, e que em Julho o Senhor Presidente havia decidido, novamente, prorrogar o prazo até ao dia trinta de Julho. Tornou-se, então, indisfarçável o desinteresse do mercado por aquela proposta, confrontando-se, o Dr. António Costa, com uma situação para a qual tinha sido alertado pelo Partido Social Democrata logo no início daquele ano, que as condições não seriam favoráveis há constituição de um fundo monetário.

----- Afirmou ter ficado chocado quando, no dia quatro de Outubro de dois mil e onze, o Senhor Presidente decidiu simultaneamente, e sem consultar previamente a Autarquia, excluir os dois concorrentes do concurso público e trocar o concurso público para a escolha da entidade gestora do fundo, por um muito duvidoso ajuste directo. -----

----- Reflectiu que o mais grave estaria por contar, pois o Senhor Presidente iria apresentar na reunião de Câmara seguinte a sua proposta para a entidade gestora do fundo e a sua escolha recaía sobre o concorrente excluído do concurso. -----

----- Referiu que a constituição de um fundo imobiliário seria um mecanismo importante para o reequilíbrio financeiro do Município, e acusou o Senhor Presidente de ter colocado em causa, com a sua atitude, a credibilidade do fundo. -----

----- Garantiu que o Partido Social Democrata havia facultado todas as condições para que a gestão daquele processo fosse irrepreensível, e disse ser necessário, a bem da

transparência, e pelo respeito àquela Assembleia, que se esclarecessem as dúvidas geradas.-----

----- Questionou a necessidade legal de se apresentar a referida proposta àquela Assembleia em virtude de o limite de autorização para a dispensa daquele órgão ser atingido, se considerasse, como deveria, o IVA a ser aplicado. -----

----- Sublinhou que o Partido Social Democrata procurava fazer uma oposição responsável, apontando críticas, propondo caminhos alternativos, contribuindo para melhorar as propostas da Câmara sem inviabilizar aquilo que consideravam ser essencial para Lisboa, e que o Senhor Presidente da Câmara não iria encontrar, no principal partido da oposição, um alibi para o seu insucesso na gestão da Cidade. -----

----- Mencionou que em matéria de reabilitação urbana, o Partido Social Democrata, pretendia ser parte da solução, tendo por isso viabilizado, no início daquele mandato, a concretização de empréstimo proposto pela Câmara para dar início à reabilitação urbana de Lisboa.-----

----- Alertou para o facto de, não obstante terem decorrido dois anos sobre a aprovação do empréstimo, de cento e dezassete milhões de euros, por aquela Assembleia, e de a Câmara ter demorado quase um ano a cumprir as condições para aprovação do empréstimo no Tribunal de Contas, que, naquela altura, a reabilitação da cidade continuava por concretizar. -----

----- Afirmou que dos cinquenta e seis milhões de euros destinados à reabilitação urbana, a serem utilizados até ao final daquele ano, só tinham sido aplicados, àquela data, cerca de dez por cento. -----

----- Focou que mesmo com o apoio do maior partido da oposição, com dinheiro disponível e com o visto do Tribunal de Contas, a Cidade continuava sem ver a tão proclamada reabilitação urbana que o Senhor Presidente afirmava ter, em dois mil e nove, pronta para invadir toda a cidade. -----

----- Acusou a Câmara de ser manifestamente incapaz de gerar obra, e que o Senhor Presidente prejudicava, com a sua inação, a Cidade e os Lisboetas, inibindo a actividade económica, inviabilizando a modernização da cidade e prejudicando as condições de vida dos lisboetas. -----

----- Indagou acerca da reabilitação do Parque Mayer ou do Teatro Capitólio, acreditando que os mesmos apenas tinham servido de base a conjunto de anúncios, uma vez que, até àquela data, as intervenções não haviam sido concretizadas. -----

----- Declarou que o estado da cidade reflectia a gestão do Senhor presidente da Câmara, as suas prioridades e os seus compromissos, e que o estado da cidade era também aquilo que os lisboetas observavam. -----

----- Notou que em dois mil e sete o programa eleitoral do Dr. António Costa anunciava dez medidas prioritárias para a cidade, e citou uma delas “(...) *acção de emergência de limpeza geral na cidade, centrada na recolha de detritos, lavagem de passeios e remoção de cartazes ilegalmente afixados*”, constatando em seguida que, volvidos quatro anos, a cidade se encontrava cada vez mais suja.-----

----- Referiu que a aprovação da proposta referente à reforma administrativa da cidade de Lisboa, tinha sido um exemplo de participação cívica e de entendimento

democrático, um exemplo que poderia ser alargado à reforma nacional que o Governo pretendia empreender. Entendeu que as reformas estruturais deveriam de ter um apoio partidário tão alargado quanto possível e orgulhou-se de em Lisboa, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista, terem dado esse exemplo. -----

----- Desejou que na Assembleia da República a reforma nacional beneficiasse também da atitude responsável do Partido Socialista na construção de uma reforma da administração local, resistindo às tentações populistas e prejudiciais a uma reforma tão importante para o País. -----

----- Reflectiu sobre outros desafios que se colocariam para o futuro. Disse que a situação financeira que o país e a Cidade atravessavam, impunha uma mudança de atitude por parte da Autarquia. Acrescentou que o próximo orçamento deveria de contemplar medidas realistas de racionalização da despesa e de combate ao desperdício. -----

----- Prosseguiu, dizendo que o ano seguinte poderia representar o fim do adiamento de uma reestruturação do sector empresarial do Município e das suas participações. Disse ainda que cabia ao Senhor Presidente a apresentação de um caminho, e que o Partido Social Democrata se encontrava disponível para, em conjunto, encontrarem uma solução útil que servisse a cidade, impondo uma única condição, a reestruturação teria de ser livre de preconceitos e que se deveriam de equacionar todas as soluções, desde a fusão à extinção, mas também à participação de parceiros privados através da venda ou da concessão. -----

----- Considerou, naquele contexto, que o recente anúncio da fusão entre a Carris e o Metropolitano de Lisboa, deveria de ser olhado como uma oportunidade de correcção, explicando que a brecha de mercado que a fusão tinha aberto, permitia que a Câmara reivindicasse uma participação efectiva naquela nova empresa, ultrapassando assim a fragilidade de não poder intervir de forma decisiva num instrumento vital para a gestão da cidade como era o caso do planeamento e a operação dos transportes colectivos. Validou a disponibilidade do Partido Social Democrata para aquele desafio. -----

----- Sublinhou que aquela iria continuar a ser a atitude do Partido Social Democrata na Assembleia de Lisboa, uma oposição firme, exigente, séria e constructiva, denunciando as oposições erradas do executivo, propondo soluções alternativas e empenhada no acompanhamento dos problemas dos lisboetas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Coelho (Partido Socialista)** cumprimentou os presentes e começou por introduzir uma avaliação global ao mandato do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- Afirmou que, apesar de aquele não ser o espírito com que se dirigiam a um debate, não temiam qualquer confronto ou avaliação. Relembrou não existir memória, na história democrática da cidade de Lisboa, de uma gestão tão irresponsável e tão perigosa para o futuro da cidade de Lisboa como tinha sido a gestão do Partido Social Democrata nos quase seis anos de governo da cidade, primeiro com Santana Lopes e depois com Carmona Rodrigues. -----

----- Referiu que o mérito daquele executivo camarário não poderia ser ignorado, pois tinham regularizado o pagamento da dívida aos fornecedores da Câmara, reposto os níveis de confiança dos agentes económicos da cidade de Lisboa, tinham recuperado empreitadas por incumprimento do Município e, entre outros tantos, regularizado a situação dos trabalhadores a recibo verde na Câmara.-----

----- Sublinhou que aquele ano se encontrava profundamente marcado pela grave situação económica e financeira do país, com pesadas consequências na cidade, considerando as quedas significativas que as receitas do Município haviam sofrido.----

----- Notou que a quebra verificada na receita da autarquia levava a Autarquia a reavaliar projectos de investimento, a recalendarizar e estabelecer novas prioridades mas não tinha impedido que se continuasse a investir no essencial para a cidade, no essencial para as pessoas, procurando otimizar investimentos participados e assumindo parcerias com as entidades disponíveis a participarem no desenvolvimento de Lisboa. -----

----- Sublinhou que uma das prioridades daquele executivo era a área da Educação, tendo sido decidido, que no anterior mandato o investimento seria ao nível do parque escolar e na construção de novas escolas e que naquele novo mandato se iria priorizar o aumento da oferta pública de creches e pré-escolares, estando, naquele momento, em curso o programa de criação de setenta e nove creches e trinta e seis novas salas de pré-escolar.-----

----- Esclareceu que no âmbito do programa “Ai Mouraria” se tinha dado início às obras de requalificação da Mouraria, obras que iriam contemplar um conjunto de intervenções de vários domínios de espaço público, um investimento traduzido em cerca de catorze milhões de euros. -----

----- Salientou uma outra intervenção no âmbito da requalificação do espaço público e equipamentos públicos, a intervenção integrada em dezasseis mercados Municipais, intervenção à qual se estava a atribuir um particular impulso naquele período em análise, pela sua importância e simbolismo. -----

----- Clarificou que o estado da cidade não se poderia medir pela visibilidade da obra, e que se assim fosse, bastaria um fotografia do Terreiro do Paço para credibilizar aquele executivo perante os seus cidadãos, para credibilizar o trabalho. -----

----- Elucidou que, naquela altura, os esgotos da cidade se encontravam todos tratados, beneficiando com isso o Rio Tejo e, naturalmente, a saúde pública. -----

----- Expressou que a qualidade de uma cidade deveria de ser, também, avaliada pela sua capacidade de planear o seu futuro e de auto-organizar, e baseando-se naquela perspectiva, reflectiu que o período compreendido entre o ano de dois mil e dez e dois mil e onze, tinha ficado marcado por três grandes reformas decisivas para a boa governança da cidade e para o seu futuro, nomeadamente, a reforma administrativa da cidade de Lisboa, evidenciando, naquele primeiro item, o assinalável sentido de estado revelado pelo Partido Social Democrata, possibilitando, com a sua atitude, a concretização de uma reforma que pertencia a todos e não a um único partido; apontou a aprovação em Câmara do novo Plano Director Municipal, um plano que vinha responder ao desafio de tornar Lisboa numa cidade mais amigável e mais

competitiva, procurando atrair para a cidade mais actividade económica e mais população residente; referiu o Orçamento Participativo como a terceira grande marca daquele período, uma verdadeira reforma no modo de como o Município se relacionava com os seus munícipes conferindo-lhes poder de decisão.-----

----- Deu como exemplo de reabilitação urbana, do espaço público e do edificado a eliminação do célebre corredor da morte, situado em Marvila, uma das obras mais urgentes para a cidade de Lisboa, esclarecendo que, contrariamente ao que havia sido dito naquela Assembleia, se tinham efectuado, naquele mandato, reabilitações urbanas.-----

----- Registou que aquele tinha sido um investimento na dignidade dos seus habitantes, um investimento no valor de mais de um milhão e seiscentos mil euros, uma intervenção que tinha passado pela demolição do edificado, pela implementação de novos elevadores, pela renovação da rede de gás e pela requalificação do espaço público.-----

----- Revelou-se orgulhoso, e confiante, do trabalho do Senhor Presidente e da sua equipa, acreditando que a Cidade iria continuar a progredir no mandato do Dr. António Costa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (Partido Comunista Português)** começou por dizer que, naqueles quatro últimos anos de mandato, não existia uma única obra estruturante feita pelo Partido Socialista. Asseverou que Lisboa se encontrava cada vez mais pobre e em contínua degradação.-----

----- Elucidou que o passivo da Câmara tinha duplicado no tempo de Santana Lopes e quase triplicado na maioria do Partido Socialista. Solicitou que o Partido Socialista prestasse informações concretas relativamente ao passivo da Autarquia.-----

----- Disse que maioria do Partido Socialista na Câmara se encontrava de acordo com a fusão entre a Carris e o Metropolitano de Lisboa. Proposta anunciada pelo Governo e na qual os passivos das duas empresas ficariam a cargo do Estado com as infraestruturas do Metro a serem integradas na REFER. Observou que as áreas pesadas e os prejuízos iriam ser sustentados com o dinheiro dos contribuintes, e que as estruturas lucrativas, como a rede do metro, iriam ficar nas mãos das multinacionais. --

----- Expôs que a extensão do centro de saúde no Lumiar na Charneca havia sido encerrada, cessando os contratos com médicos, enfermeiros e funcionários administrativos, e acusou a Câmara de aceitar tudo o que o Ministério da Saúde fazia contra a população.-----

----- Denunciou que, com a reestruturação administrativa dos serviços municipais, cerca de cinquenta funcionários, do Canil/ gatil e dos jardins-de-infância, tinham sido despedidos, e revelou que os funcionários da Autarquia tinham ficado sem os títulos de transporte, título que utilizavam para se deslocarem ao serviço da Autarquia. Continuou no mesmo registo e censurou a Câmara por ter cortado as horas extraordinárias aos seus funcionários, e por pretender alargar, a dois dias de fim-de-semana, o corte na recolha do lixo.-----

----- Acusou o Partido Socialista de falta de vergonha e de ética, esclarecendo seguidamente a sua acusação. Participou que a bolsa de preferências era uma bagunça

e que nenhuma das medidas citadas faziam sentido, tendo em conta que um só membro da equipa de missão, daquele logro enorme denominada reestruturação administrativa, auferia, anualmente, quarenta e três mil cento e sessenta e oito euros. Participou ainda que o corte nos serviços a Lisboa pouco importavam, uma vez que o anterior director de recursos humanos, Rui Alberto Pereira, havia auferido por duzentos e dezanove dias de assessoria vinte e quatro mil trezentos e oitenta e um euros. -----

----- Afirmou que aquela maioria socialista iria deixar a Autarquia de consciência pesada, por não ter concretizado o prometido e por não terem feito o que realmente interessava a Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Adolfo Mesquita Nunes (Centro Democrático Social)** cumprimentou os presentes e disse que pretendia, sem prejudicar a intervenção que o Centro Democrático Social havia preparado, colocar algumas questões suscitadas pela intervenção do Senhor Presidente. -----

----- Questionou a existência de um superavit nas contas do Município, e quis saber qual era o passivo global do Município naquele momento. -----

----- Quis saber, por forma a se evitarem derrapagens orçamentais, que diligências é que estariam a ser tomadas relativamente à elaboração do orçamento do ano seguinte. -----

----- Pretendeu saber se a redução de despesa anunciada se encontrava sustentada em algum plano ou se seria composta por medidas avulsas; que investimentos é que iriam ser adiados, e o que é que estava para ser feito que já não iria ser. -----

----- Relembrou que em Janeiro do ano anterior o seu partido havia apresentado, naquela Assembleia, uma recomendação a solicitar a abolição das iluminações de Natal e, sob a argumentação de, naquela altura, se estar a viver uma crise sem precedentes, quis saber se podiam contar com a Autarquia naquele sentido. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (Bloco de Esquerda)** cumprimentou os presentes e disse que se encontravam naquela Assembleia para debaterem o estado da cidade, para fazerem um balanço, um balanço de quem tinha responsabilidade directa na condução da cidade, um balanço da gestão daquele executivo da Câmara. Disse que deveriam também olhar para aquela Assembleia e para os seus Grupos Parlamentares. -----

----- Referiu que apesar de o último ano ter sido profícuo em transformações internacionais e nacionais, localmente tinha-se assistido a uma continuidade política. Salientou que tal não significava que o município tivesse estado parado ou inactivo, pelo contrário, existia um rumo, e era aquele rumo que competia analisar e avaliar. -----

----- Informou que iria centrar a sua intervenção nos eixos que considerava fundamentais, e que, na sua opinião, mais iriam marcar a cidade nos anos seguintes. -----

----- Começou pelas Empresas Municipais. Relembrou que o Senhor Presidente referira, na anterior apreciação da informação escrita realizada naquela Assembleia, que pretendia reformular o sector empresarial municipal. -----

----- Disse, no âmbito da reforma empresarial, que o Bloco de Esquerda apoiava a fusão das empresas municipais EPUL, Gebalis e SRU, acusando-as de má gestão e de terem servido de instrumento de fuga ao controlo político e democrático dos órgãos

eleitos, de terem, também, funcionado para práticas de compadrio, favorecimento e descontrolo da despesa pública num momento em que o défice naquelas empresas ultrapassava os duzentos e sessenta milhões de euros. -----

----- Defendeu no entanto que a fusão devia de garantir dois pontos essenciais, por um lado proteger integralmente os direitos dos trabalhadores destas empresas municipais, e por outro salvaguardar que as más práticas anteriores não se voltassem a repetir no novo modelo, colocando as empresas ao serviço da população de Lisboa e não como agência de emprego para o Bloco Central. Salvaguardou que a nova entidade deveria de ser constituída como um instrumento privilegiado que colocasse em prática as políticas de habitação para a cidade. -----

----- Destacou a EMEL e disse que tinham defendido, naquela Assembleia, a sua extinção, e que as suas funções deveriam de ser assumidas pela Câmara. Insistiu que as políticas de estacionamento e mobilidade tinham de estar subordinadas ao controlo público da Autarquia e da Assembleia. -----

----- Solicitou ao Senhor Presidente que reformulasse o sector empresarial em prol dos cidadãos de Lisboa, garantindo-lhes mais transparência, equilíbrio e controlo democrático. -----

----- Falou sobre o Planeamento da cidade, outro tema que considerou fundamental discutir naquela Assembleia. -----

----- Disse que o executivo camarário tinha definido uma estratégia referente à forma como pretendia planear e organizar aquele território, planear e organizar Lisboa. Referiu que a estratégia definida tinha sido uma estratégia retalhista para a cidade, tendo aquele executivo decidido que, enquanto reviam o Plano Director Municipal, podiam retalhar a cidade com Planos de Pormenor e Planos de Urbanização, enviando-os, em seguida, para aquela Assembleia para discussão e aprovação. -----

----- Expôs que a revisão do Plano Director Municipal se impunha como prioritária e comunicou que o processo tinha avançado e se encontrava, naquele momento, em discussão final naquela Assembleia. -----

----- Definiu o Plano Director Municipal como sendo o documento matriz de gestão e planeamento da cidade, como sendo a referência orientadora na tomada de decisões relacionadas com o planeamento urbano, um documento que equilibrava a cidade e que reflectia a estratégia de desenvolvimento a seguir. -----

----- Esclareceu que definia as regras, estabelecia limites, determinava as referências, decidia o quê e onde. Disse que priorizar sofregamente a aprovação de Planos de Pormenor e de Urbanização, seria inverter a lógica. -----

----- Relembrou que aquela Assembleia tinha e teria em mãos nas semanas seguintes dezenas de planos de pormenor e de urbanização, e que tinham a responsabilidade de os estudar e analisar, no entanto, a discussão dos mesmos poderia ser labiríntica, na medida em que teriam de avaliar os documentos à luz do Plano Director Municipal em vigor e, ao mesmo tempo, com a responsabilidade de tentar salvaguardar as regras vertidas no novo Plano que ainda não tinha sido aprovado. -----

----- Considerou que tal procedimento configurava um erro político gravíssimo que iria trazer as piores consequências para a cidade, e que o Plano Director Municipal

não poderia ser tratado como um puzzle onde se encaixavam peças previamente formatadas, peças oriundas de planos mal concebidos e, sobretudo, peças desenhadas ao sabor dos interesses. -----

----- Rememorou que na anterior sessão daquela Assembleia, a forma de actuação daquele executivo tinha ficado claramente demonstrada na discussão do Plano de Urbanização do Vale de Santo António e do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista. -----

----- Disse que enquanto discutiam o primeiro, altura em que os vários deputados apresentavam as dúvidas suscitadas e os erros latentes que poderiam conduzir a prejuízos futuros naquela área, que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha decidido, naquele instante, informar que se o Plano não fosse aprovado a autarquia teria de pagar quarenta e sete milhões de euros à Sociedade de Construções João Bernardino Gomes. -----

----- Avançou, em seguida, para a discussão do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista relembrando que tinha sido, também, na altura em que se expunham os inúmeros argumentos que atestavam tratar-se de um mau plano, que o Senhor Vereador tinha revelado a existência de uma combinação com a EDP, na qual se estabelecia que se o plano fosse aprovado as obras da nova sede iniciariam de imediato, ao contrário tal não se iria verificar.-----

----- Dirigiu-se ao Senhor Presidente dizendo ser preferível esperar do que “vender a retalho”, preferirem apostar na revisão do Plano Director Municipal e preparar, de forma planeada, a cidade, com uma estratégia orientada para a reabilitação urbana em alternativa às novas construções. -----

----- Garantiu ser necessário uma cidade mais inclusiva, ser necessário dar cumprimento ao estabelecido na proposta nº 617/2010 referente à habitação a custos acessíveis e afirmar a cidade para todos em oposição à cidade dos condomínios privados de alguns.-----

----- Sublinhou que deveriam de ser aquelas as prioridades e revelou disponibilidade para analisarem, discutirem e aprovarem planos de pormenor e de urbanização desde que se revelassem urgentes e cuja aprovação fosse benéfica para a Cidade e para os seus cidadãos, caso contrário, propunham prioridade total ao Plano Director Municipal.-----

----- Mencionou a Reforma Administrativa da Cidade. Disse que aquela reforma se inseria numa estratégia mais alargado do Governo da República. Observou que se tratava de um forte ajuste de contas com o vinte e cinco de Abril e com as conquistas de representatividade democrática adquiridas naquele dia. -----

----- Destacou a quebra do compromisso eleitoral do Partido Socialista nas anteriores autárquicas, relembrando que o programa com o qual aquele executivo havia sido eleito dizia *“É prioritária a reforma administrativa da cidade, assente numa dupla descentralização: do Município para as Freguesias e do Estado para o Município. Esta reforma deve incentivar as freguesias a associar-se”*.-----

----- Sublinhou que o programa mencionava “incentivar” e não “extinguir”, e que nenhuma das forças políticas representadas naquela Assembleia tinha submetido aos

eleitores qualquer proposta que referisse a extinção de freguesias. Analisou que, na realidade, aquela reforma, acordada entre as distritais do Partido Social Democrata e o Partido Socialista, extinguiu Freguesias em Lisboa num cálculo territorial que garantia a partilha da cidade por aquelas duas forças políticas. -----

----- Especificou que a reforma da cidade se impunha pelas constantes alterações a que, a cidade, se encontrava sujeita e que por isso o Bloco de Esquerda tinha apresentado uma proposta de criação de Distritos Urbanos que resultassem da associação voluntária de freguesias. Explicou que era um modelo com doze distritos com vista a garantirem uma escala adequada para uma efectiva descentralização de competências acompanhada de disponibilização de meios. Acentuou que a cidade necessitava daquela reforma e não de um fracionamento calculista. -----

----- Acrescentou que a reforma tinha implicações profundíssimas na organização da cidade e que a relevância do tema impunha uma discussão tão aberta e abrangente quanto possível. -----

----- Lembrou que para além da proposta elaborada pela aliança Partido Socialista e Partido Social Democrata, tinham surgido naquela Assembleia mais duas propostas, uma do Bloco de esquerda e outra do Centro Democrático Social, e que mais uma vez, a coligação negativa do bloco central, se unira por forma a inviabilizar que as propostas integrassem a discussão pública. Lembrou também que o Bloco de Esquerda havia proposto que o período de discussão pública fosse prorrogado por sessenta dias, permitindo assim um maior envolvimento por parte dos cidadãos de Lisboa, e também aquela proposta tinha sido chumbada. -----

----- Acusou a Câmara de ter montado um aparato de propaganda em torno da proposta por si apresentada, procurando centrar o debate público no nome das freguesias e lamentou que o processo tivesse sido conduzido daquela forma. -----

----- Referiu ainda alguns pontos que se relacionavam com aquele debate e com o balanço que estava a efectuar. -----

----- Disse terem sido informados, em Março daquele ano, que a Câmara mantinha o Museu de Design e da Moda a funcionar com recurso a trabalhadores a falsos recibos verdes. Classificou aquela situação laboral, realizada por subcontratação através de uma empresa chamada Aumento D'Ideias, de precária e absolutamente ilegal. Comunicou que no último dia do mês de Março os trabalhadores do MUDE haviam recebido um e-mail às dezasseis horas, informando-os de que estavam despedidos e que no dia seguinte não necessitavam de se apresentarem no trabalho. -----

----- Qualificou a atitude do Município de inadmissível. Lastimou o facto de terem mantido trabalhadores, que garantiam o funcionamento do Museu, em condições de ilegalidade e de desrespeito pelos seus direitos. -----

----- Dirigiu também um apalavra para a absurda actuação do executivo na privatização do espaço público da cidade, que com o argumento da promoção da produção nacional, tinha fechado a Avenida da Liberdade durante quatro dias para a realização de um evento promocional de uma cadeia de supermercados. Tendo transformado uma das principais artérias da cidade num centro comercial a céu aberto,

limitando o acesso ao espaço em causa e dificultando a mobilidade de milhares de cidadãos ao local e zonas limítrofes. -----

----- Lamentou tratar-se de uma prática política frequente daquele executivo, tal como havia sucedido com o Jardim da Estrela, a Praça das Flores, a Praça do Comércio e o largo do Rossio ao terem sido também cedidos a outras marcas para fins meramente comerciais. Apontou que, no mês anterior, a estação Baixa-Chiado tinha sido rebaptizada por uma operadora de telecomunicações e que o executivo municipal se tinha mantido indiferente. -----

----- Registou a incapacidade daquele executivo em acompanhar a evolução dos tempos, em se adaptar às novas circunstâncias e necessidades, recordando que a vinte de Janeiro de dois mil e nove, o Bloco de Esquerda tinha conseguido que fosse aprovada, naquela Assembleia, uma recomendação pela constituição de um gabinete de apoio e resposta à crise e até àquele momento o executivo não tinha emitido qualquer resposta. -----

----- Informou que no dia anterior tinham recebido um *e-mail* da Senhora Vereadora Helena Roseta sobre criação do Fundo de Emergência Social para Lisboa. Saudou a atitude e manifestou a sua disponibilidade para participar. -----

----- Destacou que o país e cidade iam entrar no ano de dois mil e doze na pior crise económica e social dos últimos trinta anos. Profetizou que a fortíssima recessão do ano seguinte iria empurrar milhares de pessoas para a precaridade, para o desemprego e para a pobreza, e que os sucessivos “PEC’s” propostos pelo Governo Sócrates e abençoados pelo Partido Social Democrata, e as medidas de austeridade do Governo de Passos Coelho e abençoadas pelo Partido Socialista, iriam conduzir o País para o abismo. -----

----- Disse que aquele terrorismo económico e social encabeçado por Vitor Gaspar transformava Lisboa em Atenas, e a Rua de São Bento na praça Syntagma. Explanou que perante aquele cenário viam continuidade, olhando para o centro daquela Assembleia viam a irmandade da TROIKA, uma irmandade que se digladiava teatralmente no debate, mas que na decisão e na votação se abraçava fraternalmente, uma irmandade que governava a cidade e o país, uma irmandade “Urbi et Orbi”. -----

----- Constatou que aquele tipo de irmandade começava a encontrar resistência popular, não só em Portugal, mas também um pouco por todo o mundo. -----

----- Afirmou que a espiral, que arrastava o País para o fundo conforme tinha arrastado a Grécia, tinha de ser interrompida, para que o País não entrasse em recessão profunda. Revelou que o Bloco de Esquerda iria dar o seu contributo. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Rosas (Partido da Terra)** cumprimentou os presentes e disse que o Senhor Presidente da Câmara tinha aberto aquele debate, explanando, detalhadamente, aquilo que o executivo camarário entendia ter sido o que demais importante se tinha passado na cidade naquele período de tempo. -----

----- Questionou qual seria a real importância daquele debate, e se o Senhor Presidente se teria esquecido de tudo o que havia sido debatido naquela Assembleia ao longo daquelas cinquenta e quatro sessões. Esclareceu que o Partido da Terra, além

de atento, não se tinha esquecido das questões que tinham sido debatidas e analisadas naquela Assembleia. -----

----- Referiu que a sua intervenção iria focar três aspectos que consideravam que teriam contribuído para o estado de crise que a Cidade se encontrava. -----

----- Começou pela reestruturação dos serviços camarários por considerar que os interesses legítimos dos trabalhadores da Câmara não se encontravam salvaguardados. -----

----- Constatou que os procedimentos, supostamente tendentes a implementar as medidas de organização dos serviços da Câmara, eram preocupantes. -----

----- Relembrou as garantias que o Senhor Presidente da Câmara havia dado, naquela Assembleia, de que nenhum funcionário seria, por força da reestruturação dos serviços camarários, despedido ou colocado noutra serviço contra a sua vontade. Registou que, no entanto, a realidade era outra, e que as notícias apontavam para um cenário bem diferente. -----

----- Afirmou que existiam inúmeros funcionários da Câmara Municipal que tinham sido, sumária e compulsivamente, recolocados em serviços para os quais não tinham qualquer perfil ou competência, e inclusive, em alguns casos, contra a sua própria vontade. Assegurou que a maioria dos colaboradores da autarquia viviam angustiados, temendo pelo seu posto e local de trabalho. -----

----- Instigou o Senhor Presidente a esclarecer, naquela Assembleia, quais tinham sido as instruções dadas aos serviços de recursos humanos relativamente à recolocação de alguns funcionários em serviços para os quais não se encontravam minimamente adaptados. -----

----- Questionou se pretendiam, com aquele tipo de atitude, aproveitarem-se do previsto na alínea b) do nº 9 do art.º 33 da Lei 12A/2008 de 27 de Fevereiro, que contemplava a possibilidade do despedimento por inadaptação do funcionário, designadamente, ao local de trabalho. -----

----- Relembrou, relativamente ao segundo aspecto, a proposta da reforma administrativa da cidade de Lisboa, apresentada naquela Assembleia pelo Partido Socialista, que o Partido da Terra se tinha absterido da respectiva votação por terem entendido que o que realmente se encontrava em causa era uma total falta de abertura e cultura democrática por parte da maioria que a havia submetido. Entendiam naquele dia, como haviam entendido anteriormente que as condições necessárias para uma discussão pública, livre, isenta e plural nunca haviam estado reunidas em nenhuma proposta alternativa de reforma administrativa. -----

----- Apontou o fundo de emergência social como sendo o terceiro aspecto da sua intervenção. Recordou que a criação daquele fundo fazia parte de um conjunto de condições, impostas pelo Partido Social Democrata, para que o orçamento de dois mil e onze fosse aprovado. -----

----- Questionou onde se encontrava o referido fundo e se seria mais uma das promessas adiadas do Senhor Presidente. Acusou aquele executivo de tudo prometer mas pouco ou nada cumprir. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Alline Hall (Partido Popular Monárquico)** cumprimentou os presentes e disse que se encontravam perante aquela augusta

Assembleia para fazerem um balanço e avaliarem a gestão do Senhor Presidente da Câmara e do seu executivo.-----

----- Classificou o estado da Cidade de vergonhoso, disse não existir uma única rua que não tivesse prédios por reabilitar ou pintar, ou uma calçada com buracos, lixo e sujidade.-----

----- Realçou a desertificação da cidade de Lisboa, um problema, que considerou estar, directamente relacionado com a má gestão daquele executivo, e classificou o urbanismo e a reabilitação urbana como sendo as áreas mais preocupantes.-----

----- Salientou que naquele momento se encontravam a discutir um número infundável de Planos de Pormenor, que iriam condicionar as gerações vindouras a viver em selvas de pedra, e que na área da reabilitação urbana pouco ou nada se tinha feito.-----

----- Citou um trecho do Plano Pormenor da Baixa, proposta 90/2008, que pretendia “*Eliminar as intrusões visuais e as discrepâncias volumétricas, de forma a repor o equilíbrio das morfologias identificadas na área de intervenção do Plano*” e “*Incentivar a eliminação de barreiras arquitectónicas*”, para ilustrar que o que estava a acontecer na antiga igreja de S. Julião era exactamente o contrário.-----

----- Evidenciou, como o exemplo mais indigno, a Praça do Comércio. Esclareceu que o Torreão poente tinha afundado com as obras do Metro do Terreiro do Paço e piorara com as obras de reorganização da Praça, da responsabilidade daquele executivo, provocando rachaduras nas abóbadas da galeria poente, que se haviam tornado ainda mais visíveis com o conseqüente afundar do torreão.-----

----- Questionou a construção das ciclovias, o porquê de se gastar tanto dinheiro na construção das mesmas, considerando que não seria assim que se iria reduzir o trânsito, pois as ciclovias não eram utilizadas como alternativa aos transportes públicos.-----

----- Disse que a rede de transportes públicos era deficiente, ineficaz e cara perante as necessidades constantes de uma população que utilizava as zonas periféricas da cidade como dormitório.-----

----- Expôs que os munícipes não tinham sido ouvidos relativamente ao processo da Reforma Administrativa da cidade e que as posições de alguns Presidentes de Junta também não tinham sido consideradas.-----

----- Focou a questão do ambiente. Disse que os espaços verdes se encontravam ao abandono, nomeadamente, o espaço, nobre, junto à Torre de Belém.-----

----- Referiu que as intervenções nos espaços verdes da cidade eram apenas de fachada, uma vez que não existia manutenção à posteriori.-----

----- Alertou, relativamente à situação financeira da Câmara, para o desgoverno de algumas empresas municipais.-----

----- Indagou se a falta de atenção ao património edificado, e à memória da cidade, se prendia com o facto de aquele executivo ser um executivo republicano, uma vez que os monárquicos eram, na sua opinião, mais respeitosos para com o património e a História do seu país, da sua cidade, valorizando cada pedra colocada, símbolo do esforço de gerações.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (Partido Ecologista “Os Verdes”)** saudou os presentes e disse que aqueles dois últimos anos de mandato revelavam ausência de medidas concretas, de medidas que tivessem melhorado as condições de vida dos lisboetas. Disse que Lisboa não se resumia a *slogans* de casas arrumadas e mega operações de publicidade, que Lisboa era muito mais, que Lisboa eram as pessoas, e que por isso mesmo eram necessárias políticas sérias e determinadas que transformassem aquela cidade naquilo que todos mereciam. -----

----- Destacou dois marcos daquele executivo, dois marcos aos quais se opunha fortemente, a reforma administrativa e a reestruturação dos serviços municipais. -----

----- Afirmou que reestruturação dos serviços visara, pura e simplesmente, esvaziar e dismantelar a estrutura e os serviços da Câmara Municipal, que o Sr. Presidente tinha decidido mudar tudo, tinha decidido implementar alterações profundas ao funcionamento da Câmara, colocando a instituição numa profunda instabilidade, e provocando o descontentamento dos trabalhadores. -----

----- Revelou que os funcionários tinham sido excluídos daquele processo, apesar de serem directamente afectados, e que, até àquele momento, a consequência mais visível se resumia a algumas dezenas de despedimentos e outros tantos postos de trabalho em risco. -----

----- Considerou ter sido um processo pouco transparente, cujos custos reais se encontravam por apurar. -----

----- Observou que a reforma administrativa não tinha passado de uma pura negociata entre o Partido Socialista e Partido Social Democrata, antidemocrática, repleta de publicidade manipuladora, e que deixava de lado Lisboa e os lisboetas. -----

----- Referiu, em relação ao planeamento, que aquele executivo tinha vindo a planear a cidade através de sucessivos Planos de Urbanização e de Pormenor, sem considerarem o Plano Director Municipal ou a Carta Estratégica. -----

----- Afirmou que a Carta Estratégica tinha era mais um dos instrumentos de propaganda do Partido Socialista, e que nem sequer tinha sido levada em linha de conta no processo de revisão do Plano Director Municipal. -----

----- Questionou o ponto de situação do Plano Verde, aquele que, segundo o vereador dos espaços verdes, iria contrariar, entre outros problemas, o crescimento casuístico do espaço urbano e o sistemático aumento da poluição sonora e atmosférica. Afirmando em seguida que o que se verificava era que aquele executivo continuava sem salvaguardar a sua integração.-----

----- Reflectiu que num momento de crise como aquele que se encontravam a vivenciar, era urgente pensar e definir o futuro para Lisboa, através de medidas prioritárias e consistentes, que contribuíssem para uma Lisboa melhor.-----

----- Disse que aquele executivo continuava a insistir na apresentação de propostas para a gestão dos espaços verdes, numa lógica pouco adequada aos princípios da gestão pública, e que, naturalmente, iriam continuar a combater aquela opção de contratação de serviços externos, defendendo uma aposta e um reforço dos meios humanos dentro da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Mencionou, relativamente às escolas, que aquele executivo tinha optado pelo caminho da propaganda e que apenas se tinha centrado nas escolas pouco requalificadas. -----

----- Constatou que do ponto de vista financeiro nada tinha mudado, afirmando que a Câmara era frágil, débil e que o orçamento apresentado, era um orçamento irrealista, empolado e pouco ou nada sustentável. -----

----- Acrescentou àquela análise a falta de respeito que aquele executivo da Câmara demonstrava ter por aquela Assembleia Municipal, uma vez que, frequentemente, não respondia às questões colocadas, não concretizava as propostas aprovadas, ou porque a informação escrita do Senhor Presidente continuava a ser omissa em matérias de grande relevância, sendo mais um meio de propaganda do que um verdadeiro relatório das actividades municipais. -----

----- Afirmou que aquele executivo continuava a adiar e a ignorar questões pertinentes para o futuro da cidade, e que era urgente que deixasse de lado os projectos selvagens que tinha vindo a promover e que descaracterizavam Lisboa. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Pinheiro Torres (Partido Social Democrata)** cumprimentou os presentes e começou por dizer que num debate cujo tema era o Estado da Cidade, não poderiam deixar de contemplar o estado social e a acção da Câmara naquele âmbito. -----

----- Registou que o observatório das autarquias familiarmente responsáveis, uma iniciativa da sociedade civil, havia distinguido, naquele ano, vinte e nove Municípios portugueses com o título de “Autarquia mais familiarmente responsável” e que tinha sido entregue, a cada Município vencedor, uma bandeira verde para afixação na respectiva sede. Acrescentou que o prémio visava distinguir as boas práticas em matéria de política familiar, e distinguir, de forma simbólica, aqueles que tinham investido na política integrada de apoio à família, fundamental para a construção de um país mais próspero, e sustentável em termos sociais e económicos. -----

----- Esclareceu que aquele reconhecimento resultava de uma análise aos resultados de um inquérito, realizado a nível nacional, ao qual, naquele ano, tinham respondido oitenta e seis autarquias. Informou que o inquérito tinha examinado a política dos Municípios em dez áreas de actuação, designadamente, o apoio à maternidade e paternidade, o apoio às famílias com necessidades especiais, serviços básicos de educação e formação, habitação e urbanismo, transporte, cultura, desporto, tempo livre, cooperação, relações institucionais e participação social, saúde e outras iniciativas, para além de ter avaliado as boas práticas das autarquias para com os seus funcionários. -----

----- Acrescentou que, das vinte e nove autarquias premiadas, cinco pertenciam à área metropolitana da cidade de Lisboa, e representavam trinta e sete por cento do seu território, trinta e cinco por cento da população e vinte e sete por cento do número de freguesias da área metropolitana de Lisboa. -----

----- Lamentou o facto de Lisboa não figurar, nem nunca ter figurado, entre os Municípios figurados e que naquele ano, ao contrário do anterior, a Câmara nem sequer havia respondido ao inquérito do observatório, perdendo não apenas a

possibilidade de concorrer, como também, a possibilidade de realizar um diagnóstico indispensável à construção de uma política de apoio à família, sendo evidente que Lisboa carecia daquela política, pois sem uma cidade amiga da família seria impossível combater o envelhecimento e a desertificação ou proporcionar um ambiente de desenvolvimento económico através da criação de emprego e aumento do espírito de iniciativa impulsionando o dinamismo e a estabilidade social. -----

----- Verificou que naqueles quatro anos de mandato se encontrava em falta uma política amiga da família e destacou o papel menor que a acção social da Câmara ocupava nas suas preocupações.-----

----- Questionou o que é se tinha sobreposto àquele imperativo, o porquê de em quatro anos de mandato não ter sido possível estabelecer um quadro estável de relação entre aquelas realidades, uma coordenação de esforços, um operar conjunto e visível, frutuoso e colocado em marcha. -----

----- Referiu o fundo de emergência social, o plano gerontológico, a dificuldade de diálogo com as instituições sociais e os problemas concretos de pessoas com nome e rosto e os projectos anunciados, com baixa expectativa de resultados ou cuja sequência se desconhecia.-----

----- Mencionou que a Senhora Vereadora Helena Roseta tinha entregado, naquele dia, uma informação relacionada com o fundo de emergência Social, informando que iria ser apresentado à Câmara, e posteriormente àquela Assembleia, o respectivo regulamento de funcionamento. Questionou as prioridades daquele executivo, quis saber porque é que o respectivo fundo, e o plano gerontológico, ainda não estavam em funcionamento. -----

----- Expôs que dos cento e trinta e quatro mil idosos existentes na cidade de Lisboa, se encontravam, naquele momento, após quase quatro anos de mandato, apenas dezassete mil abrangidos pelo plano gerontológico, e do valor global, trinta e cinco mil tinham sido como identificados “ de grande vulnerabilidade ou em risco”.-----

----- Registou a atenção menor, por parte daquele executivo, e numa altura em que o número dos sem-abrigo havia duplicado, ao projecto Casa de Autonomização dos Sem Abrigo no edifício onde São João de Brito havia nascido. -----

----- Considerou que o problema da Autarquia não se encontrava na estrutura, mas sim na orientação política, na vocação de quem conduzia a cidade. -----

----- Concluiu a sua intervenção sublinhando que não iriam desistir de exigir à Autarquia a acção social que aquela podia, e devia de dar aos seus munícipes. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (Partido Socialista)** cumprimentou os presentes. Relembrou que tinham decorrido dois anos desde que aquele executivo havia tomado posse, e que a intervenção do Senhor Presidente tinha sido bastante elucidativa relativamente ao trabalho que tinham vindo a desenvolver. ---

----- Felicitou o Senhor Presidente pela apresentação do documento síntese que pela primeira vez lhes havia sido entregue, permitindo-lhes, assim, um melhor acompanhamento de todos os compromissos que aquele executivo havia assumido com a cidade. -----

----- Disse que estavam a preparar a cidade para o futuro, a preparar a cidade para as pessoas, uma cidade mais próxima, mais amiga, mais sustentável e mais inclusiva.-----

----- Informou que se encontrava em execução uma aposta decisiva em matéria de planificação estratégica da cidade, que se encontrava pronta a proposta de revisão do Plano Director Municipal, um instrumento de gestão territorial há muito desactualizado. -----

----- Salientou que aquele Plano Director Municipal pretendia tornar a cidade mais atractiva para receber novas famílias, que apostava na reabilitação, na atracção do investimento privado e gerador de emprego e na implementação de mais e melhores equipamentos. -----

----- Desejou que aquele Plano fosse um instrumento da cidade e não de uma maioria, e realçou a perseverança daquele executivo camarário na condução do processo da Reforma Administrativa da Cidade. -----

----- Congratulou o lançamento de três projectos-pilotos para a lavagem e varredura de ruas que iria ser atribuído a três forças políticas.-----

----- Destacou quatro marcas da governação daquele executivo, designadamente, a despoluição do Rio Tejo, o aumento do número de vagas nas creches, o programa Escola Nova e a aposta na requalificação dos espaços verdes.-----

----- Salientou que despoluição do Rio Tejo tinha requalificado a frente ribeirinha, tinha permitido melhorar os serviços de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais da cidade de Lisboa. Acentuou que aquele plano tinha significado um investimento na Cidade de noventa e nove milhões de euros, dos quais setecentos mil euros a cargo da Câmara. -----

----- Ressaltou, na segunda marca, o programa b.a.bá, um programa que compreendia a criação de dois mil e quinhentos novos lugares em creches da rede pública da cidade de Lisboa. Revelou que a Câmara iria investir vinte milhões de euros em setenta e seis novas creches com o objectivo de melhorar a qualidade de vida dos habitantes de Lisboa, reforçar o factor atracção à fixação de casais jovens na cidade de Lisboa e responder às necessidades das pessoas com filhos em idade de creche que trabalham ou estudam em Lisboa. -----

----- Informou que a primeira fase daquele processo iria corresponder à criação de seiscentos e sessenta novos lugares, distribuídos por onze creches, sendo nove delas duplas, de sessenta e seis lugares cada, e duas individuais, de trinta e três lugares cada, nas freguesias da Charneca, Lumiar, Telheiras-Carnide, Benfica, Santa Maria dos Olivais, Alto do Pina, Campo de Ourique-Santo Contestável e Ajuda, e a um investimento de cerca de seis milhões de euros. Acrescentou que aquelas onze creches modulares deveriam ser inauguradas no primeiro semestre de dois mil e doze. -----

----- Focou, na terceira marca, o programa escola nova. Disse que em dois mil e oito tinha sido realizado um diagnóstico sobre as escolas e jardins-de-infância, identificando as suas carências ao nível do edificado e da capacidade de resposta à procura existente daquele tipo de equipamentos. -----

----- Comunicou que as conclusões daquele diagnóstico apontavam para a necessidade, urgente, de intervir no edificado, uma vez que as obras de requalificação

nas escolas se encontravam paradas, tornando-se necessário acudir às necessidades mais prementes, pagar as dívidas e elaborar um plano eficaz, revendo, inclusivamente alguns projectos.-----

----- Esclareceu que assim tinha nascido o plano de acção para a educação a ser implementado entre dois mil e oito e dois mil e treze, denominado Escola Nova. -----

----- Revelou que o programa previa cento e vinte intervenções em oitenta escolas da rede pública ao nível das coberturas, refeitórios, cozinhas, do conforto e da segurança e da recuperação dos espaços exteriores, representando noventa por cento da rede pública do concelho de Lisboa. -----

----- Comunicou que a Câmara, com um investimento de vinte e seis milhões de euros, tinha, até àquela data, cumprido com quarenta por cento do programa, tendo efectuado quarenta e oito intervenções em trinta e nove escolas e estando previstas mais setenta e duas intervenções em cinquenta e nove escolas, que se iriam traduzir num esforço financeiro de mais sessenta milhões de euros.-----

----- Elucidou que o programa Escola Nova, com o intuito de responder às necessidades formuladas pela Carta Educativa, tinha dado início a um ambicioso plano de construção de nove escolas da rede pública, do primeiro ciclo e do pré-escolar, nomeadamente, a Escola Básica Integrada / Jardim de Infância do Bairro do Armador em Marvila, a Escola Básica Integrada / Jardim de Infância Padre Álvaro Proença, em colaboração com o Ministério da Educação, em Benfica, o Jardim de Infância dos Olivais, o Jardim de Infância do Lumiar, o Jardim de Infância de Alvalade, o Jardim de Infância de Pena, a Escola Básica Integrada + Jardim de Infância, em colaboração com a Parque Expo, no Parque das Nações, a Escola Básica Integrada + Jardim de Infância na Charneca e a Escola Básica Integrada + Jardim de Infância na Ameixoeira. -----

----- Mencionou a quarta marca, a reabilitação dos espaços verdes. Disse que os jardins históricos tinham sido devolvidos aos lisboetas, zonas de lazer que se encontravam degradadas e inseguras haviam recuperado a vida e a alegria. -----

----- Referiu que Lisboa tinha despertado para a nostalgia do século XIX, com a recuperação e recriação de trinta e seis novos quiosques. -----

----- Destacou, em relação aos grandes parques urbanos, o magnífico trabalho da Câmara no Parque do Rio Seco na Ajuda e o Parque Urbano da Quinta da Granja em Benfica, cujo projecto de execução havia conquistado o primeiro lugar no Prémio Nacional de Arquitectura Paisagística, na categoria obras, parques e jardins de uso público. Felicitou o Senhor Vereador José Sá Fernandes pela aposta e os arquitectos paisagistas Maria José Vila e Rui Pires da Câmara Municipal de Lisboa e responsáveis pelo projecto.-----

----- Finalizou dizendo que aquele executivo estava a planear a cidade e, em conformidade, a dotá-la de melhores equipamentos e melhores infraestruturas, que estavam a preparar a cidade para o futuro. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Lurdes Pinheiro (Partido Comunista Português)** cumprimentou os presentes e disse não ter qualquer novidade a

acrescentar àquele debate Referiu que os problemas eram antigos, concretos e que alguns deles se arrastavam há alguns anos. -----

----- Começou pelo Convento do Salvador, Deliberação Nº 580/2009 da CML. Expôs que havia sido concedido o direito de superfície a uma associação desconhecida na freguesia e no bairro. Confessou terem estranhado a decisão, considerando que há anos que lhes era negado, alegadamente por falta de espaços, uma creche e um campo de jogos. -----

----- Referiu que o letreiro “projecto em fase de apreciação “, afixado em dois mil e sete, se mantinha inalterável e perguntou para quando é que estaria prevista a intervenção, urgente, e claramente necessária, daquele espaço. -----

----- Comentou que a situação se tinha agravado, pois o edifício estava cada vez mais degradado, afectando a Escola de Ensino Básico e o Centro Cultural Magalhães Lima.

----- Recordou que os moradores do Palácio D. Rosa continuavam sem saber quando é que iriam regressar às suas casas. -----

----- Informou que em Março daquele ano a Câmara comunicara à Junta que a Rua dos Remédios e a Rua do Vigário, no âmbito das verbas do PIPARU, iriam sofrer uma intervenção, mas que até àquela data nada se tinha passado.-----

----- Recordou que também no âmbito das verbas do PIPARU estava prevista a recuperação do prédio municipal na Rua Guilherme Braga e a concretização da construção da creche, mas que continuavam, até àquele momento, à espera das intervenções. -----

----- Mencionou o condicionamento do trânsito em Alfama, a sua falta de fiscalização, o estacionamento indevido dentro da área condicionada, os escassos lugares de estacionamento para moradores, imensas avarias nos sistemas de controlo de acesso e a, cada vez maior, degradação do sistema. Quis saber quando é que a EMEL iria intervir, fazendo o que lhe competia, ou se a empresa e a Câmara estariam mais preocupados com outras contas.-----

----- Recomendou a resposta àquelas perguntas, que seriam, no seu entender, um bom contributo para revelar o verdadeiro estado d cidade. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Lemos (Centro Democrático Social)** dirigiu-se aos presentes referindo alguns dos elementos objectivos do estado da Cidade e do seu Governo.-----

----- Indicou a Carta estratégica, abandonada, no seu entender, em local incerto; o Plano Director, com execução avulsa de planos de pormenor, planos urbanísticos, que arriscavam a ser a regra ao invés da excepção. Disse que a constituição da cidade, como deveria de ser o Plano Director Municipal, havia sido substituída por meros despachos, algumas vezes sem intervenção daquela Assembleia. -----

----- Enunciou as unidades de execução que alteravam sistematicamente o Plano Director mesmo antes de aquele documento, fundamental para a cidade, ter sido debatido naquela Assembleia. Exprimiu que, contrariamente ao proferido pelo Senhor presidente da Câmara, os planos de pormenor não agilizavam a reabilitação urbana, pelo contrário, propiciavam novas construções, contra a boa comunhão entre a cidade a sua história. -----

----- Felicitou, após aqueles quatro anos de mandato, o Senhor Presidente mas disse não podia felicitar os seus munícipes. Expôs que a qualidade de vida dos lisboetas se tinha degradado e que eram muito poucas, ou até mesmo nenhuma, as melhorias sentidas pelos lisboetas. -----

----- Considerou ser preocupante o estado em que se encontrava a cidade. Expressou que Lisboa, capital de Portugal, estava suja de dejectos de animais, cujos donos, para além de não serem penalizados ou fiscalizados, também primavam pela falta de civismo e cidadania. -----

----- Constatou que o estacionamento em segunda fila tinha virado regra nas vias centrais da cidade, que as cargas e descargas continuavam de forma caótica por toda a cidade, que os pisos dos passeios se encontravam esburacados, que as obras realizadas pelas diversas entidades que intervinham na cidade, mesmo quando concluídas, nunca o eram verdadeiramente, transmitindo, a Câmara, uma ideia de paralisação generalizada. -----

----- Classificou de ilusório o fundo imobiliário, o acordo com a EPAL para a rede em baixa, cujos custos de modernização se iriam tornar financeiramente insustentáveis para a cidade, ilusória a reforma administrativa, ilusório um Plano Director Municipal que carecia, naquela altura, da aprovação daquela Assembleia.-----

----- Içou três marcas da gestão daquele executivo, nomeadamente, a reestruturação dos serviços municipais que, naquela altura, se encontrava, incompleta, insuficiente e, sobretudo, totalmente desligada do sector empresarial municipal, insustentável tecnicamente falido, incumpridor da Lei, duplicador de funções e sufocante; a segunda marca, o Plano Director Municipal que, àquela data, se encontrava por aprovar; como terceira marca, a reforma administrativa da cidade, incompleta e aquém das expectativas, sujeita a verificação por parte da Assembleia da República para a sua forma definitiva. -----

----- Resumiu aqueles quatro anos de mandato a Carta Estratégica, ausente; Plano Director Municipal, por aprovar; reforma administrativa, mínima; aumento das taxas e diminuição das receitas. -----

----- Indagou sobre qual seria o futuro da principal área metropolitana de Portugal, na qual residiam mais de trinta e cinco por cento da população Nacional.-----

----- Disse ser urgente um novo modelo de gestão para as autarquias, capaz de garantir, pelo menos e no mínimo, a sua sustentabilidade financeira. -----

----- Observou que a Área Metropolitana de Lisboa, com os seus dezoito municípios, era absurda e necessitada de profunda revisão, com transferência de competências do estado e dos municípios.-----

----- Reflectiu que as reformas deviam de existir com um objectivo nuclear, cortar a despesa pública com alívio da carga fiscal sobre os munícipes. Admitiu que seria difícil mas não demagógico e que eram naquelas circunstâncias que se revelavam os verdadeiros líderes.-----

----- Solicitou ao Senhor Presidente que informasse aquela Assembleia relativamente à situação em que a Parque Expo se encontrava. Pretendeu saber, considerando o encerramento da Parque Expo e o facto de se encontrar sobre a jurisdição de dois

municípios, Lisboa e Loures, que modelo de gestão urbana se encontrava previsto para aquela área.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (Partido Social Democrata)** agradeceu o uso da palavra e cumprimentou os presentes. -----

----- Introduziu que em Lisboa existia um Jardim histórico por excelência, a Tapada das Necessidades, jardim do Palácio Real, um bem de valor imensurável, um bem cultural que tinha de ser protegido, recuperado, tinha de ser gerido e conservado no seu todo para usufruto das gerações futuras. -----

----- Enalteceu a existência da Tapada das Necessidades, a sua memória histórica e a sua biodiversidade. Disse que era um privilégio e uma mais-valia para a cidade de Lisboa.-----

----- Utilizou os termos escolhidos pela Autoridade Florestal Nacional do Ministério da Agricultura e de Pescas, a saber, “*nenhumas obras deverão de ser efectuadas dentro da Tapada sem o serem a coberto de um plano estratégico desenvolvido e aprovado por todas as identidades que aí actuam.*” -----

----- Acrescentou que era assim que um jardim histórico deveria de ser tratado, e que a construção de um restaurante no seu interior, seria devastador, iria desvirtuar a tapada na sua essência.-----

----- Acusou a Câmara de pretender privar a população de um espaço público de excepção e de não se interessar, ou tão pouco conhecer, o património da cidade.-----

----- Revelou que a população se tinha posicionado contra a construção de um restaurante no interior da Tapada.-----

----- Lamentou que o jardim em redor da Torre de Belém continuasse, de há dois anos àquela data, num estado deplorável, que a Câmara se revelasse incapaz de tratar da sala de visitas do mais importante monumento ligado às descobertas de Portugal.---

----- Demonstrou que os factos eram reveladores de uma necessária redifinição de prioridades e que a Câmara parecia não querer, e nem sequer saber fazer.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria João Correia (Partido Socialista)** saudou os presentes e elogiou a Câmara Municipal de Lisboa pela requalificação da Mouraria, a qual tinha vindo a ser adiada pelos anteriores presidentes de Câmara.-----

----- Reconheceu que tinha sido um programa ambicioso, com um investimento de catorze milhões de euros, da reabilitação urbana à valorização e revitalização do património humano, social, cultural e turístico. -----

----- Rememorou que aquela era uma zona esquecida e marginalizada. Disse que se prespectivava uma melhoria substancial daquele espaço urbano. -----

----- Informou que para além da melhoria do espaço público, aquele projecto iria contemplar a reabilitação de alguns imóveis que iriam ser adaptados a actividades económicas, como era o caso do centro de inovação da Mouraria, culturais, como era o caso da severa e sociais, como a habitação, espaços e equipamentos para crianças e idosos. Informou também que o programa da prevenção da toxicodpendência não iria ser descurado.-----

----- Revelou que o projecto pretendia recuperar, promover e icentivar a valorização sócio cultural da Mouraria.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Jorge Ferreira (Partido Comunista Português)** cumprimentou os presentes e manifestou o seu desejo de partilhar, com o Senhor Presidente, a sua visão quase idílica da cidade.-----

----- Esclarecendo que, no entanto, nas suas deslocações, quase diárias, ao Campo das Cebolas se deparava com o estado lastimoso em que se encontravam as Palmeiras existentes naquele local, cuja ramagens e folhas iam sucessivamente caíndo em cima dos transuentes ou das viaturas estacionadas no parque da EMEL, e às quais se juntavam os excrementos dos ratos, pombos e estorninhos, contando apenas com a colaboração, empenhada, dos trabalhadores responsáveis do posto de limpeza da Avenida Infante D. Henrique, que limpavam aquela zona com muita regularidade. ----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Albertina Ferreira (Partido Social Democrata)** cumprimentou os presentes e considerou, como autarca eleita, que não só se encontravam a debater o estado da cidade, mas que acima de tudo se encontravam a debater o estado das freguesias e que eram as freguesias e os seus fregueses que atribuíam corpo e alma às cidades. -----

----- Aproveitou aquele debate para se pronunciar sobre a sua pequena cidade, denominada Ameixoeira, naquele dia, mais esquecida, pela Câmara, do que no anterior.-----

----- Declarou ter sido a freguesia onde se registou, de acordo com os censos, o maior aumento demográfico. Explicou que pelos seus preços acessíveis, ao nível da habitação, era muito requisitada pelos jovens.-----

----- Mencionou os parques acessos e, dirigindo-se ao Vereador Sá Fernandes, pretendeu saber para quando estaria prevista a requalificação do Jardim de Santa Clara, considerando que a intervenção deveria de estar concluída em Novembro daquela ano e, àquela data, ainda não se tinha dado iniciado à requalificação do espaço.-----

----- Afirmou que a Junta de Freguesia da Ameixoeira havia solicitado autorização para se responsabilizar pela manutenção do jardim situado entre a Rua Maluda e a Rua Barata Feio e que, até àquela data, ainda não tinham obtido qualquer resposta. ----

----- Lembrou que existiam espaços por limpar e ajardinar. Pretendeu saber, junto do Vereador Sá Fernandes, o porquê de os contentores do lixo, naquela freguesia, nunca serem lavados. -----

----- Destacou o aumento de criminalidade na zona, nomeadamente, assaltos na via pública e assalto a residências e quis saber para quando estaria previsto o aumento de policiamento para aquela zona. -----

----- Salientou que existiam zonas da Ameixoeira sem iluminação da via pública e pavimentos por reparar.-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Magrinho (Partido Comunista Português)** saudou os presentes, e iniciou a sua intervenção dizendo que a reabilitação urbana deveria de ser uma prioridade da actividade municipal, constituindo um factor determinante na melhoria da cidade e na melhoria das condições de habitação das populações residentes, assim como, na capacidade de atracção de novos habitantes.----

----- Afirmou que naquela área, contrariamente ao que já havia sido dito naquele debate, nem tudo tinha decorrido com a celeridade que aquele problema requeria.-----

----- Destacou que, no âmbito do PIPARU, e apesar do tempo decorrido com os procedimentos requeridos pelo Tribunal de Contas, aquela entidade tinha concedido o visto aos contratos de financiamento em oito de Julho de dois mil e dez, e que a autarquia apenas tinha voltado a deliberar sobre aquelas matérias a dois de Fevereiro de dois mil e onze através da Proposta 763 de 2010, tendo a mesma sido aprovada naquela Assembleia vinte e dois do mesmo mês.-----

----- Disse que relativamente aos atrasos, os mesmos deveriam de ser imputados à Câmara e às suas prioridades.-----

----- Sublinhou, positivamente, o envio àquela Assembleia Municipal, em Setembro do ano anterior, do relatório de progresso do PIPARU referente ao primeiro semestre daquele ano, embora acrescentasse que o mesmo não acarretava novidades. Salientou a recomendação existente naquele documento de aceleração do processo de registo e conferência de facturas por forma a reduzir o prazo de pagamento aos empreiteiros e aos outros prestadores de serviços envolvidos nas acções do PIPARU. -----

----- Assinalou a falta de segurança da população, a deficiente iluminação em muitas artérias da cidade, situações que já haviam sido referidas nas reuniões descentralizadas sem qualquer resposta por parte da Autarquia. -----

----- Denominou de incompreensível, que o Conselho Municipal de Segurança, da responsabilidade directa do Senhor Presidente da Câmara, não tivesse voltado a reunir desde a sua constituição. -----

----- Destacou que o mandato ia a meio e que a segurança era uma responsabilidade da Autarquia, que submestimava, daquele modo, a cooperação entre as autoridades de segurança e dezenas de cidadãos, incluindo Presidentes de Juntas de Freguesia, na análise e resolução de um problema tão grave como aquele. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria José Cruz (Partido Social Democrata)** cumprimentou os presentes e dirigindo-se ao Senhor Presidente disse que Lisboa não era um puzzle, que a governação da cidade não consistia em planos, regulamentos e projectos que se iam construindo de acordo com impulsos, delírios ou interesses. Que a cidade se construía com materiais que não existiam à venda em lugar nenhum, se construía com serviços que não poderiam ser fornecidos por qualquer empreitada, se construía acima de tudo com a vitalidade, o empenho e a dedicação das pessoas que nela habitam. -----

----- Acusou a Câmara de olhar a cidade através de números, planos, projectos, regulamentos e regulamentações, esquecendo-se que a cidade eram os seus habitantes, pessoas que almejavam ver a sua cidade limpa, os espaços verdes, jardins arrançados com locais de diversão para os seus utilizadores, uma cidade amiga dos mais velhos, uma cidade que se preocupasse em requalificar, uma cidade que se organizasse para servir os mais necessitados.-----

----- Disse que a cidade precisava de uma Câmara, de um executivo que governasse com o espírito de servir os outros.-----

----- Considerou não ser demais aludir à situação económica que a sociedade e o país atravessavam e à instabilidade que os funcionários e os técnicos da Câmara de Lisboa viviam naquele momento.-----

----- Relembrou o Senhor Presidente que havia proferido, mais do que uma vez, que nenhum funcionário da Câmara de Lisboa seria despedido.-----

----- Aconselhou alguma sensibilidade, sensibilidade de procurar nos serviços da Autarquia os homens e as mulheres que pudessem cobrir as necessidades emergentes do funcionamento da autarquia, rentabilizando o quadro de funcionários competentes e técnicos qualificados, ao invés de se recrutarem pessoas, externas e com ordenados colossais, para o efeito.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vitor Agostinho (Partido Comunista Português)** saudou os presentes e destacou alguns dos problemas existentes na sua freguesia, São Vicente, nomeadamente, que as passadeiras de peões se encontravam todas por avivar, que a Rua Voz do Operário e a Calçada de São Vicente necessitavam de ser repavimentadas, e que faltava, à escola da freguesia, requalificar a zona de lazer dos alunos e um pavilhão desportivo em condições.-----

----- Informou que não iria assinar o protocolo de descentralização de competências, disse que tinha de prestar contas à Assembleia da sua freguesia e não à Câmara de Lisboa.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes (Partido Social Democrata)** saudou os presentes e referiu que o Pavilhão Carlos Lopes continuava moribundo e em asfixia total, considerando-o como um exemplo marcante da gestão daquele executivo.-----

----- Pretendeu saber, no âmbito da recuperação do Pavilhão Carlos Lopes, as consequências do despacho nº 164 de 26 de Abril de 2006. Considerou urgente a clarificação daquela situação, saber onde se encontrava o dinheiro destinado, através do clausulado no Decreto-Lei 15/2003 de 30 de Janeiro, à recuperação do Pavilhão e comunicou que iria propor, na reunião seguinte, uma subcomissão eventual sobre a requalificação do Pavilhão Carlos Lopes no âmbito da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto.-----

----- **O Senhor Deputado Paulo Quaresma (Partido Comunista Português)** participou que no âmbito daquele debate anual, referente ao estado da cidade, tinha ido recuperar a acta do debate do ano anterior, constatando que a sua intervenção não necessitava de muitos ajustes, pelo contrário, os problemas apontados na altura mantinham-se, nomeadamente, a apresentação de um plano para a reactivação do cemitério de Carnide ainda não tinha sido feita, apesar de anunciada no debate anterior; a requalificação do jardim da Luz continuava, apesar das promessas, por concretizar.-----

----- Relembrou que o Senhor Vereador Manuel Salgado tinha assumido, com a população, que até ao dia trinta e um de Julho de dois mil e dez o Plano de Urbanização Carnide-Luz seria discutido, no entanto, até àquele momento, o plano ainda não tinha sido submetido à apreciação daquela Assembleia.-----

----- Acrescentou, aos pontos da intervenção anterior, a requalificação do Largo do Coreto, um projecto do Orçamento Participativo, cujas obras, que deveriam de ter sido finalizadas em trinta de Junho de dois mil e onze, ainda nem sequer se tinham iniciado. -----

----- Falou do Largo das Esplanadas da Quinta da Luz. Disse que o Senhor Vereador Sá Fernandes tinha estado no local, dois anos antes, e que havia assumido o compromisso da realização da obra num curto espaço de tempo, no entanto, até àquele dia, ainda nada tinha sido feito. -----

----- Mencionou o antigo edifício escolar, da Rua Rio Tejo no bairro Padre Cruz, esclarecendo ser um edifício que havia sido desactivado há mais de um ano, com condições bem aceitáveis para ser reconvertido para outras actividades. Referiu que a Junta de Freguesia já havia apresentado algumas propostas, mas que até àquela data, nada havia sido decidido ou feito, e o edifício encontrava-se completamente vandalizado. -----

----- Disse ter apresentado naquele debate sete exemplos do estado da cidade, e que esperava não ter de ler, no ano seguinte, a intervenção daquele ano. -----

----- **A Senhora Deputada Isabel Faria (Partido Social Democrata)** saudou os presentes e reflectiu que o estado da cidade acabava por ser o somatório de cada uma das suas freguesias, com os seus problemas comuns e as suas especificidades próprias. Referiu que iria abordar problemas, que embora comuns à maioria das freguesias, senão mesmo em todas, mas que se sentiam com maior acuidade na freguesia de Alcântara. -----

----- Destacou em primeiro lugar a mobilidade, um direito inalienável de todo o cidadão. Divagou que talvez fosse a freguesia de Lisboa onde aquele problema se apresentasse com maior gravidade, sendo uma freguesia que em determinadas horas do dia se apresentava completamente bloqueada, não deixando entrar quem nela habitava ou sair, quem nela trabalhava. -----

----- Informou que possuía bairros em total isolamento, os dois alvitos, o velho, onde a Carris não entrava, o novo, ao qual estavam vedados meios suaves de mobilidade. ---

----- Perguntou para quando é que estaria previsto para aquela freguesia o Lisboa Porta a Porta, já presente em tantas outras freguesias. -----

----- Questionou se, para resolver o problema de trinta metros de calçada, que permitisse o acesso em segurança à piscina do atlético, para os mais de mil utentes que mensalmente se deslocavam àquele equipamento, e ao qual só poderiam aceder, em relativa segurança, em transportes privados, se para resolver aquela questão teria de esperar por uma mega urbanização. -----

----- Relembrou, no âmbito dos percursos acessíveis e seguros, que tinham proposto que o Lisboa Porta a Porta fizesse aquele desvio e que a Câmara tinha achado preferível a construção de um passeio. Esclareceu que continuavam à espera da calçada. -----

----- Colocou uma outra questão, pretendia saber quando é que o Alvito novo iria deixar de ser uma ilha, esclarecendo, que também naquela zona, se encontravam

perante uma estrada florestal, cada vez mais perigosa e que contrastava com os tão apregoados meios de mobilidade apresentados por aquele executivo. -----

----- Referiu que o continuavam à espera da requalificação do Jardim do Alto de Santo Amaro, o único da freguesia. -----

----- Considerou ser indispensável uma intervenção séria na área da diversão nocturna, na indústria da noite, uma intervenção que acautelasse três temas essenciais ao bem-estar das populações, a segurança, o ruído e a higiene urbana. Revelou serem constantes as reclamações recebidas naquela área. -----

----- Abordou questão dos sem-abrigo, constatando ser um problema que se tinha vindo a agravar substancialmente naquela freguesia, e questionou, a terminar, os critérios de candidatura, e subsequente aprovação, do programa BipZip, uma vez que Alcântara, não vira nenhum dos seus projectos serem aprovados. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** agradeceu o uso da palavra e cumprimentou os presentes. -----

----- Informou que a proposta de reabilitação urbana já tinha sido aprovada em reunião de Câmara, que o processo de consulta pública já tinha decorrido e que, naquele momento, se encontrava em elaboração o relatório de ponderação, para posteriormente ser apresentado àquela Assembleia. -----

----- Considerou fundamental uma forte intervenção dos privados, pois o levantamento efectuado às necessidades da cidade, ao nível da reabilitação urbana, rondava os oito mil milhões de euros. -----

----- Participou que das duas mil duzentas e cinco operações urbanísticas que entraram em Lisboa, naqueles últimos anos, noventa e dois por cento diziam respeito a reabilitação urbana, e oito por cento a novas obras. -----

----- Falou da Avenida da Liberdade. Disse que três anos antes existiam dezasseis edifícios devolutos na Avenida, informando em seguida que se tinha iniciado, naquela altura, a reabilitação de um dos últimos edifícios devolutos. Reconheceu que, efectivamente, faltava reabilitar o espaço público, mas que do ponto de vista dos imóveis os avanços eram significativos. -----

----- Elucidou, no âmbito do investimento municipal, que entre dois e dois e dois mil e seis tinham sido lançadas cinco mega empreitadas, com o montante total de trinta vírgula três milhões de euros adjudicados, correspondentes a setenta e sete edifícios, e que apenas tinham sido concluídos trinta e três. -----

----- Inteirou que durante aquele mesmo período tinham sido pagos nove milhões de euros e que aquele executivo já havia pago onze milhões de euros. Desenvolveu que quando se analisava o tema reabilitação urbana era necessário ser-se rigoroso. -----

----- Salvaguardou que o que era possível há uns anos atrás, não o era naquela altura pelas alterações existentes a nível legislativo. Secundou que o novo código da contratação pública não permitia, como antes, que se lançasse uma empreitada sem o respectivo projecto, sem garantias de financiamento e que eram precisos concursos públicos para qualquer projecto que se situasse acima dos vinte e cinco mil euros. Concluiu que aquele conjunto de alterações atrasava os processos, atrasava a reabilitação urbana. -----

----- Revelou que os fundos de investimento utilizados pelo Município eram o PIPARU, o QREN e o Casino, e que naquele momento, o tal de empreitadas lançadas na plataforma, ou adjudicadas, para aqueles três fundos, correspondiam a sessenta milhões de euros. -----

----- Admitiu que a lista das obras elencadas era longa, mas acreditava, com o esforço desenvolvido para lançamento, preparação de projecto, lançamento e adjudicação de empreitadas, que até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte teriam sido lançadas uma parte substancial do PIPARU e das outras operações para as quais tinham financiamento. -----

----- Deu razão ao clamor de alguns presidentes de junta relativamente à rua A ou à rua B, contudo relembrou que no ano seguinte as restrições para a utilização de capitais próprios iriam ser enormíssimas e que possivelmente alguns dos sonhos que gostariam de ver realizados, não iriam ser, porque a capacidade de investimento da autarquia era a que estava coberta pelo PIPARU, pelo QREN, pelo Orçamento Participativo e pelas verbas do Casino. -----

----- **A Senhora Vereadora Helena Roseta** agradeceu o uso da palavra e começou por responder às questões colocadas pelo senhor presidente da Comissão de Intervenção Social, nomeadamente, a pouca prioridade que a Câmara tinha dado à acção social, e corrigiu-o dizendo que não se tratava de uma questão de prioridade, mas sim de visibilidade, pois existia muito trabalho feito, com pouca visibilidade, que chegava ao domínio público. -----

----- Comunicou que tinha proposto ao Senhor Presidente da Comissão de Intervenção Social que existisse uma apresentação, à comissão, do trabalho que a Câmara executa e daquele que tencionava vir a executar em dois mil e doze. -----

----- Salientou que existia a necessidade de redimensionar programas e projectos, que pelo facto de as verbas serem limitadas, se tornava necessário tentar perceber quais as reais prioridades da Autarquia naquela área. -----

----- Transmitiu que se encontrava pendente da apreciação da rede social um plano de desenvolvimento social, que havia sido recusado pela própria Vereadora por o considerar incapaz e pouco ambicioso e que a Câmara se encontrava naquela altura a preparar uma alternativa ao plano inicial. -----

----- Revelou disponibilidade para a criação de um programa de emergência social para a cidade de Lisboa. Informou que tinha enviado uma informação aos senhores deputados municipais a assumir, relativamente ao fundo de emergência social, o seu atraso, desculpando-se pelo mesmo e revelando o modelo do programa que gostariam de ver implantado. Disse ainda que, não obstante o atraso do programa, a Câmara tinha atribuído naquele ano um milhão e meio às IPSS de Lisboa, através do Regulamento de Atribuição de Apoios. -----

----- Esclareceu que os critérios de alguns programas poderiam ter de vir a ser analisados e ajustados às novas realidades e necessidades, designadamente o programa BipZip. -----

----- Revelou conhecimento do aumento do número de sem abrigo na cidade de Lisboa e a necessidade de se reverem algumas intervenções e de se estudarem outras. -

----- Informou, relativamente à renda jovem, que tinham sido apresentadas no Concelho de Lisboa oitocentas e sessenta candidaturas e que tinham sido aprovadas quinhentas e quarenta e uma; que em consonância com o programa do mercado social de arrendamento, lançado pelo Governo, participou que iriam propor àquela Assembleia a criação de um modelo que designaram de Renda Convencionada, que não era a renda social tal como a prevista na Lei, não sendo também uma renda de mercado, mas consistindo numa renda mais baixa em cerca de trinta por cento abaixo do preço de mercado. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Sá Fernandes** saudou os presentes e começou por abordar as duas, grandes questões que tinham sido levantadas ao longo daquele Debate, uma relacionada com a higiene urbana e a outra com os espaços verdes. -----

----- Esclareceu, relativamente aos projectos que tinham sido apresentados como não executados, que o Jardim da Luz iria, no dia seguinte, ser presente à reunião de Câmara, que o Largo do Coreto e a Quinta de Santa Clara se encontravam em fase de concurso público, e que eram processos que tinham de seguir os seus trâmites, a preparação dos projectos, o seu concurso, a adjudicação e o início da obra. -----

----- Garantiu que todos os projectos que tinham sido assinalados naquele debate como não realizados, iriam ser concretizados, pois existia financiamento para o efeito. -----

----- Comunicou, no âmbito do programa das hortas, que o parque hortícola de Campolide já se encontrava pronto, e que a Quinta da Granja iria ser inaugurada no sábado seguinte. -----

----- Falou sobre a Tapada das Necessidades. Relembrou que aquele espaço se encontrava muito mal tratado antes de a Câmara assumir a sua gestão e realçou as intervenções que a autarquia tinha feito até àquele momento, nomeadamente, o arranjo dos caminhos, o cuidado prestado à vegetação, devolvendo-lhe a sua exuberância, o parque dos catos, e as que se encontravam em fase de projecto, o arranjo de um caminho que ia do Ministério dos Negócios Estrangeiros aos edifícios do antigo Jardim Zoológico, projecto para a recuperação casa dos frescos, do lago e estufa. -----

----- Informou que iam recuperar o património, que o estado em que a Câmara herdara a Tapada era lastimoso, mas que estavam empenhados na recuperação daquele edificado. Acrescentou que as antigas instalações do antigo jardim zoológico se encontravam podres e que urgia a sua recuperação, e que uma das formas de se recuperar aquele património era lançar um concurso que o recuperasse, um concurso com a aprovação do IPAR. -----

----- Afirmou que, contrariamente ao que havia sido dito, que a Tapada das Necessidades se encontrava muito melhor que há dois anos atrás, e que a construção de uma cafeteria era necessária para a recuperação daquele edificado, e, também, para se devolver a Tapada aos munícipes. -----

----- Mencionou alguns projectos em evolução, o Quartel da Graça, a Ribeira das Naus e o Jardim da frente ribeirinha junto à Matinha. -----

----- Referiu que existiam uma série de espaços verdes que haviam sido recuperados e que relativamente aos outros, assumia o compromisso de os recuperar. -----

----- Destacou que, relativamente à higiene urbana, existiam três vertentes a considerar, sendo a primeira a prestação de serviços que cada um dos Municípios prestava aos seus cidadãos, a segunda era o comportamento dos cidadãos e que a terceira era o casamento das duas primeiras. Salientou que Lisboa, como outras cidades, tinha um problema gravíssimo, a gestão de conflito entre lugares nocturnos e limpeza. -----

----- Expôs que o esquema de limpeza da Mouraria não estava a resultar e que era necessário melhorar. -----

----- Recordou que o Bairro Alto se encontrava quase sem *graffiti* 's. Admitiu que a cidade ainda tinha muitos graffiti's mas em menor número, relativamente há dois anos atrás. -----

----- Apontou a recolha selectiva como sendo um aspecto ambiental essencial da política de funcionamento da cidade, pois tornava possível a diminuição dos resíduos sólidos e aumentava a receita proveniente da reciclagem, que naquele momento ultrapassava os três milhões de euros. Informou que a QUERQUS tecera imensos elogios à actuação da Câmara de Lisboa relativamente à recolha selectiva. -----

----- Concluiu que sem meios era difícil conseguir uma actuação programada e estratégica naquela área e que por isso tinham adiado uma acção mais profunda de limpeza e lavagem de ruas e de melhor interligação com as juntas de freguesia por falta de pessoal. -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Brito** agradeceu o uso da palavra e dirigindo-se especificamente à Senhora Deputada Municipal Maria Isabel Faria lamentou o facto de a Senhora Deputada, na sua intervenção, ter mencionado a pouca acessibilidade à piscina do alvito mas não ter mencionado que tinha sido aquele executivo a construir aquele equipamento. -----

----- Respondeu ao Senhor Deputado Municipal Nelson Antunes. Elucidou que o Governo havia enviado um ofício à Autarquia, dizendo que libertava a Câmara Municipal daquele que era o compromisso anterior, a transformação do Pavilhão Carlos Lopes no Museu do Desporto, e que se encontravam naquele momento a trabalhar num concurso, no caderno de encargos para fazerem uma espécie de pavilhão multiusos que desse para as possíveis práticas desportivas. Participou que aguardavam parcerias privadas para o efeito, uma vez que só para as obras de consolidação, pois o edifício corria o risco de derrocada, seriam necessários perto de cinco milhões de euros. -----

----- Sublinhou, em relação aos relatórios que as juntas de freguesia tinham de apresentar, que existiam delegações de competências, transferência de verbas e responsabilidades. -----

----- Relembrou, relativamente à área da educação, que se tinha oferecido para se deslocar à comissão repectiva, que fornecera todos os dados, todos os relatórios quantitativos, e que portanto, em relação àquele assunto se sentia muito tranquilo. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Rita Magrinho (Partido Comunista Português)** dirigiu-se ao Senhor Vereador Manuel Salgado para lhe dizer que apesar

de ter feito referência a um visto e o Senhor Vereador a outro, que ambos existiam e que tal não podia ser ignorado. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (Partido Social Democrata)** lembrou o Senhor Vereador Manuel Sá Fernandes que o Ministério da Agricultura, ao assinar o protocolo de gestão sobre tudo o que na Tapada não estivesse ainda atribuído, tinha deixado um montante na ordem dos duzentos mil euros para arranjar os caminhos. -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara de Lisboa** revelou chegar ao final daquele debate muito satisfeito, pois nenhuma questão de fundo havia sido colocada e que o debate tinha decorrido, com a excepção de uma intervenção, com grande elevação. ----

----- Considerou que a intervenção da Deputada Municipal Isabel Faria sintetizava a acção da Câmara naqueles últimos dois anos. Comparou a intervenção da Senhora Deputada com as intervenções do seu antecessor e ressaltou, e que ao invés de terem ouvido que a Câmara estava em dívida para com quem tinha construído a piscina, ou que a piscina se encontrava fechada há anos porque a Câmara não conseguia colocar a piscina a funcionar, tinham ouvido da boca da Senhora Deputada que os acessos à referida piscina eram maus. Salientou já não se tinham ouvido queixas da falta de pagamento ou de que a piscina se encontrava fechada. Admitiu que, efectivamente, ainda, nem tudo estava bem, que faltava o passeio de acesso à piscina. -----

----- Sublinhou que aquela intervenção sintetizava bem aquilo que tinha acontecido na cidade de Lisboa, que o que acontecera na piscina do alvito tinha acontecido também nos jardins, nas ruas, na acção social, na habitação, na educação e em todas as outras áreas, que os problemas de fundo tinham sido resolvidos, mas que ainda assim existia muito trabalho pela frente. -----

----- Dirigiu-se ao Senhor Deputado Modesto Navarro e disse-lhe que a democracia não ganhava com o insulto, com a falta de elevação do debate democrático, que a democracia ganhava, simplesmente, com a liberdade da troca de ideias, e que quem tinha ideias para trocar não precisava de insultar os adversários. -----

----- Acusou o Senhor Deputado Modesto Navarro de ser um mau exemplo para a democracia, pois na sua opinião, usava e abusava do insulto. Afirmou que não admitia, ao Senhor Deputado, que ousasse ministrar-lhe lições de ética ou de vergonha. -----

----- Precisou, dirigindo-se ainda ao Senhor Deputado Modesto Navarro, que o passivo da Autarquia, no ano de dois mil e sete, era de mil trezentos e oitenta milhões de euros e que o mesmo não havia duplicado ao longo daqueles quatro anos. -----

----- Disse que não se podia comparar o que não era comparável e, que o comparável era que o défice em dois mil e sete escondia um conjunto de rubricas que eram fundamentais terem sido levadas ao passivo e, como era sabido, a primeira clarificação do passivo municipal tinha ocorrido em dois mil e oito, quando o executivo em exercício introduzira os créditos da SEGAL sobre o Município, e que apenas com aquele exercício de transparência, o passivo da Câmara tinha aumentado cento e sessenta e seis vírgula nove milhões de euros. Salvaguardou que na realidade não tinha aumentado, tinha era ficado mais claro, pois os créditos já existiam. -----

----- Informou que o mais grave era que o Município possuía um conjunto de acções judiciais pendentes contra si, e que o revisor oficial de contas tinha determinado que a Autarquia passasse a incluir no seu passivo uma previsão que cobrisse parte do contencioso judicial que se encontrava pendente, e que em dois mil nove tinha sido incluído um aumento significativo das previsões, que as previsões eram no valor de cento e oitenta e nove milhões de euros e haviam passado para quinhentos e oitenta e quatro milhões de euros.-----

----- Constatou que entre o aumento das previsões e o aumento da SEGAL, tinha existido uma clarificação do passivo traduzida em quase quinhentos milhões de euros, portanto não tinha existido um aumento do passivo mas sim uma clarificação do mesmo, e que ao retirar o valor das previsões e da SEGAL, verificava-se uma redução efectiva do passivo, de mil duzentos e sessenta e sete milhões em dois mil e sete para mil cento e sessenta e cinco milhões no final de Setembro daquele ano.-----

----- Declarou que a gestão daquele executivo não só não havia aumentado o passivo, como também o havia controlado, atribuindo-lhe transparência e reduzindo-o de forma sustentada.-----

----- Respondeu à questão de fundo colocada pelo Deputado António Proa, relativamente àquela que deveria de ser a posição do Município relativamente aos transportes públicos da Cidade.-----

----- Referiu que a dupla descentralização era essencial à reforma administrativa, o movimento de descentralização de competências do Município para as freguesias estava feito, mas encontrava-se em falta a descentralização de competências do Estado para o Município e para a área Metropolitana.-----

----- Salientou que o Município de Lisboa se encontrava numa situação muito especial, considerando a importância nuclear que o sistema de transportes públicos da cidade de Lisboa tinha no conjunto da Área Metropolitana e que não tinha dúvidas que o sistema de gestão de planeamento de transportes deveria passar para a tutela da Área Metropolitana, mas que também não tinha dúvidas que a empresa resultante da fusão entre o Metro e a Carris, deveria de ser uma empresa participada, total ou parcialmente, pelo Município de Lisboa.-----

----- Explicou que o núcleo central do transporte urbano na cidade tinha de ser articulado com a rede de transportes públicos regional, mas a densidade e especificidade do transporte público municipal possuía uma importância capital à qual o Município não poderia ser alheio.-----

----- Referiu que o próprio Decreto de nacionalização do Metro deixava adiada a indemnização devida ao Município de Lisboa pela nacionalização, pelo Estado, dos activos do Município de Lisboa, e que aquelas eram contas que o Município e o Estado mais tarde teriam de acertar entre si.-----

----- Entendeu que o caminho traçado era importante para a cidade de Lisboa, que resultava do trabalho que já vinham fazendo com o anterior Governo e que tinha ficado expresso num despacho que criara um grupo de trabalho referente à reestruturação do sector de transportes públicos, e que essa reestruturação passava, por um lado, pela fusão entre o Metro e a Carris, para que deixassem de ser empresas

concorrentes e assumissem entre si uma posição de complementaridade, que iria permitir com custos reduzidos e maior eficiência servir melhor a cidade, e por outro, uma empresa onde o Município poderia, também, ter uma posição. -----

----- Disse não existirem dúvidas de que o sistema de transportes públicos seria muito melhor se existisse uma participação do Município de Lisboa na sua gestão efectiva. -----

----- Defendeu que relativamente à receita fiscal, tinham estimado uma receita francamente abaixo, que tinham previsto, por antecipação, uma quebra acentuada da receita. -----

----- Pretendeu saber o que considerava, o Deputado António Prôa, em relação à amortização antecipada da dívida e, assumindo que seria correcta a amortização antecipada da dívida, indagou como é tal poderia ser feito. Elucidou que o valor da dívida a médio longo prazo era de setecentos milhões de euros. -----

----- Concluiu que em relação àquela matéria só existia uma forma de o fazer, alienar activos. Recordou que, em dois mil e sete, numa altura em que se encontravam numa situação de rotura de pagamento, e que o Partido Social Democrata insistia na criação do fundo imobiliário, tinha dito que o mesmo tinha de ser criado para se atacar a dívida de médio e longo prazo mas que necessitavam de uma resposta imediata para a dívida de curto prazo. -----

----- Salientou que o problema existente em dois mil e sete consistia em rotura de pagamentos, tinham trezentos e sessenta milhões de euros de dívida de curto prazo tendo-se revelado necessário a criação de uma fórmula que satisfizesse, de forma imediata, os credores para que os fornecimentos à Câmara pudessem ser retomados. Encontradas as soluções para a questão da dívida a curto prazo deixa-se de ser um problema, surgia outra questão, da dívida de médio e longo prazo. -----

----- Considerou ser fundamental, prioritário até, a amortização da dívida, pois esperava-se, atendendo à conjectura económica, uma quebra ainda mais acentuada da receita fiscal. Referiu que a verba existente para financiamento era muito reduzida e que só através da redução efectiva da dívida a médio longo prazo se conseguiria libertar capacidade de investimento. -----

----- Sublinhou que a alienação de activos era única forma de reduzirem a dívida, tendo sido a rede de saneamento em baixa o primeiro activo identificado, processo que se encontrava ainda em apreciação pelo Governo, e o segundo a criação de um fundo imobiliário. -----

----- Esclareceu que, relativamente ao fundo imobiliário, não tinham optado pela venda directa do património porque o teriam de fazer abaixo do valor real, e que a vantagem do fundo era que a Câmara teria sempre uma participação e tornava-se transparente a questão do preço. -----

----- Admitiu que era efectivamente difícil a criação do fundo, mas que não seria por isso que iria desistir, a menos que apresentassem uma ideia alternativa, melhor do que aquela. -----

----- Elucidou que a Lei não obrigava, para a constituição de serviços de natureza financeira, à abertura de concurso público, que a Lei permitia para a contratação de

serviços financeiros o ajuste directo, e que a Câmara poderia apenas ter contratado por ajuste directo uma sociedade gestora do fundo. -----

----- Explanou que a Câmara decidira abrir o concurso, e que se instalara, na altura em que o concurso decorria, uma crise política, que obrigara a duas prorrogações do concurso. -----

----- Informou que se tinham apresentado a concurso duas empresas e que as suas propostas tinham sido admitidas e avaliadas pelo júri, e que o júri propusera, por razões puramente burocráticas, a exclusão de ambas as empresas.-----

----- Inteirou que faltavam, a cada uma das empresas, um documento que era, por determinação da Lei, de apresentação obrigatória. -----

----- Explicou que por terem prorrogado por três vezes o prazo do concurso, que entendera na altura que, ao invés de abrir um novo concurso, existia vantagem em aproveitar a disponibilidade daquelas duas empresas, e que ainda assim o ajuste directo tinha sido feito por convite a todas as empresas que legalmente possuíam condições de agirem como sociedade gestora de fundos imobiliários, e em particular a todas aquelas que tinham levantado o caderno de encargos. Revelou que, ainda assim, apenas tinham respondido ao convite as mesmas duas empresas que se tinham apresentado ao concurso. -----

----- Asseverou que o júri tinha voltado a analisar as candidaturas tendo excluído uma delas, mais uma vez, por razões burocráticas.-----

----- Relembrou que na ordem de trabalhos da reunião de Câmara, que se iria realizar no dia seguinte, constava a rectificação do primeiro despacho do Senhor Presidente de exclusão, a rectificação do convite por ajuste directo e a proposta de adjudicação à empresa a quem deveria de ser, na opinião do júri, adjudicado o concurso. Certificou que se a Câmara não rectificasse o despacho de exclusão, obviamente não iria existir exclusão e voltariam ao cenário do concurso.-----

----- Salientou que toda a questão procedimental relativamente à construção do fundo imobiliário se encontrava fundamentada.-----

----- Terminou do mesmo modo que tinha começado, dizendo que saía particularmente satisfeito. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro**, em defesa da honra, esclareceu que a palavra ética havia sido empregue em relação a três contratos e não em relação ao passivo da Autarquia, mas que sobre isso o Senhor Presidente da Câmara não se havia pronunciado.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Prôa**, relativamente ao processo de constituição do fundo imobiliário, apelou ao Senhor Presidente que procurasse confirmar se era ou não obrigatória a autorização daquela Assembleia Municipal, para não viesse a fazer uma aprovação irregular na reunião de Câmara, que se iria realizar no dia seguinte, solicitou-o a bem da transparência daquele processo e a bem do respeito por aquela Assembleia. -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a sessão, às vinte horas e cinquenta minutos.-----

----- E eu, _____, Primeiro Secretário, mandei lavrar a presente
acta e a subscrevo.-----

----- A PRESIDENTE -----
-